



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO SOCIOECONÔMICO
CURSO DE GRADUAÇÃO EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS

JENIFFER LEE NASCIMENTO ROBERTO

O PAPEL DO NOVO BANCO DE DESENVOLVIMENTO NA ATUAL ORDEM
ECONÔMICA INTERNACIONAL: UM PARALELO COM AS INSTITUIÇÕES
HEGEMÔNICAS BANCO MUNDIAL E FMI

Florianópolis
2024

JENIFFER LEE NASCIMENTO ROBERTO

O PAPEL DO NOVO BANCO DE DESENVOLVIMENTO NA ATUAL ORDEM
ECONÔMICA INTERNACIONAL: UM PARALELO COM AS INSTITUIÇÕES
HEGEMÔNICAS BANCO MUNDIAL E FMI

Monografia submetida ao curso de graduação em
Relações Internacionais da Universidade Federal de
Santa Catarina, como requisito obrigatório para obtenção
do grau de Bacharelado.

Orientadora: Prof^ª Dra Patrícia Fonseca Ferreira Arienti

Florianópolis

2024

Ficha catalográfica gerada por meio de sistema automatizado gerenciado pela BU/UFSC.
Dados inseridos pelo próprio autor.

Nascimento Roberto, Jeniffer Lee

O Papel do Novo Banco de Desenvolvimento na Atual Ordem Econômica Internacional : Um Paralelo com as Instituições Hegemônicas Banco Mundial e FMI / Jeniffer Lee Nascimento Roberto ; orientador, Patricia Fonseca Ferreira Arienti, 2024.

62 p.

Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) -
Universidade Federal de Santa Catarina, Centro
Socioeconômico, Graduação em Relações Internacionais,
Florianópolis, 2024.

Inclui referências.

1. Relações Internacionais. 2. Regimes Internacionais.
3. Relações Econômicas Internacionais. I. Arienti, Patricia
Fonseca Ferreira . II. Universidade Federal de Santa
Catarina. Graduação em Relações Internacionais. III. Título.

Jeniffer Lee Nascimento Roberto

O Papel do Novo Banco de Desenvolvimento na Atual Ordem Econômica Internacional: Um
Paralelo com as Instituições Hegemônicas Banco Mundial e FMI

Florianópolis, 12 de Dezembro de 2024.

O presente Trabalho de Conclusão de Curso foi avaliado e aprovado pela banca examinadora
composta pelos seguintes membros:

Prof^ª Dra Amanda Krein Antonette
Universidade Federal de Santa Catarina

Prof^ª Dra Marialice de Moraes
Universidade Federal de Santa Catarina

Certifico que esta é a versão original e final do Trabalho de Conclusão de Curso que
foi julgado adequado para obtenção do título de Bacharel em Relações Internacionais por mim
e pelos demais membros da banca examinadora.

Prof^ª Dra Patrícia Fonseca Ferreira Arienti
Universidade Federal de Santa Catarina

Florianópolis, 2024

RESUMO

Este trabalho pretende analisar o Novo Banco de Desenvolvimento, sua criação e evolução até o momento, num comparativo com as instituições ocidentais dominantes como Fundo Monetário Internacional e Banco Mundial. Na parte teórica, é exposto as principais conceituações da Economia Política Internacional, e especificamente da teoria de regimes, abrangendo as escolas americanas e britânicas, ideias essas dominantes nos estudos da matéria. É realizada uma análise histórica do momento de criação dessas instituições, com a Conferência de Bretton Woods que ocorreu no pós Segunda Guerra Mundial, a qual teve de objetivo de trazer estabilidade para as economias globais. Também se analisa as críticas à essas instituições, principalmente no ponto das condicionalidades estabelecidas para os empréstimos, as quais interferem principalmente nas economias dos países emergentes e em desenvolvimento. Depois é exposto a criação do grupo BRICS, o momento histórico específico de crise financeira, e sua consolidação do grupo. É exposto então a criação do Novo Banco de Desenvolvimento, em 2014, sendo essa uma instituição com personalidade jurídica, e questionável espaço dentro da ordem econômica atual. Além disso, é exposto a atuação do Novo Banco de Desenvolvimento até o momento, os projetos realizados, além das críticas de alguns autores sobre o Banco e seus reais objetivos pelos seus membros fundadores, trazendo uma comparação entre essa nova instituição e seus pares ocidentais – nomeadamente o FMI e o Banco Mundial.

PALAVRAS CHAVE: Fundo Monetário Internacional, Banco Mundial, Novo Banco de Desenvolvimento, Teoria de Regimes, BRICS, Bretton Woods.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	5
2. REGIMES INTERNACIONAIS	8
2.1 AS ESCOLAS DA ECONOMIA POLÍTICA INTERNACIONAL	8
2.2 A TEORIA DOS REGIMES INTERNACIONAIS	10
2.3 A FUNÇÃO DE INSTITUIÇÕES INTERNACIONAIS DENTRO DOS REGIMES	15
2.4 CARACTERÍSTICAS DOS REGIMES FINANCEIRO E MONETÁRIO INTERNACIONAL	15
3. NOVO BANCO DE DESENVOLVIMENTO E CONTEXTO DE SUA FORMAÇÃO	16
3.1 REGIME DE BRETTON WOODS	17
3.2 BANCO MUNDIAL	18
3.3 FUNDO MONETÁRIO INTERNACIONAL	22
3.4 BRICS E SEU CONTEXTO DE CRIAÇÃO	27
3.5 CRIAÇÃO DO NOVO BANCO DE DESENVOLVIMENTO	37
4 - NOVO BANCO DE DESENVOLVIMENTO: SEUS OBJETIVOS ALCANÇADOS E NÃO ALCANÇADOS ATÉ O PRESENTE MOMENTO	41
4.1 NOVO BANCO DE DESENVOLVIMENTO E SEU FUNCIONAMENTO	42
4.2 O ESTABELECIMENTO DO NOVO BANCO DE DESENVOLVIMENTO E SUA CONSEQUÊNCIA NO CENÁRIO INTERNACIONAL	46
4.3 BANCO MUNDIAL, FMI E SUAS POSSÍVEIS REFORMAS	51
CONCLUSÃO	54
REFERÊNCIAS	56

1. INTRODUÇÃO

Essa pesquisa tem como finalidade estudar o Novo Banco de Desenvolvimento, conhecido comumente como NBD ou Banco dos BRICS, analisando o trabalho realizado pelo banco e seus projetos executados até hoje, em apenas dez anos de existência, seu papel na ordem econômica atual e suas semelhanças e dessemelhanças com o Banco Mundial e o FMI, instituições ocidentais bem estabelecidas e dominantes da ordem atual.

O Novo Banco de Desenvolvimento foi oficialmente criado em 2014, com o objetivo de auxiliar os países em desenvolvimento e emergentes em projetos de desenvolvimento, através de empréstimos financeiros. Essa instituição foi concebida pelos países membros do bloco BRICS, um bloco que obteve um papel significativo nas discussões políticas e econômicas do século XXI, principalmente quando da crise econômica do *subprime* em 2008. Nesse período, os cinco países formadores do bloco – Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul – passaram a se encontrar de forma regular para discussão de seus posicionamentos em grandes reuniões multilaterais, apresentando então uma frente unida, na busca de um sistema que desse mais espaço e importância para os países em desenvolvimento e seus interesses.

A partir desses encontros o grupo BRIC foi formado, e cúpulas anuais foram realizadas desde então, com a liderança compartilhada entre os países do grupo. Em 2011 a África do Sul se juntou ao mesmo, o que solidificou ainda mais o entendimento de que o bloco se tornava político, e não mais apenas econômico. Esse entendimento se deu já que a escolha desse país específico não ocorreu exatamente por fatores econômicos, dado que haviam outros países em desenvolvimento com economias mais fortes, as quais poderiam entrar no grupo, como por exemplo Indonésia, Turquia, México, Nigéria ou Coreia do Sul, entre outros – mas o país escolhido foi a África do Sul, um país que abertamente se propõe a ser a liderança do continente africano. Além da questão política, a escolha da África do Sul deu ao BRICS uma característica mais global, geograficamente falando. Esse país também ativamente buscou a entrada no bloco, enviando cartas oficiais quando dos encontros do mesmo, e mantendo reuniões bilaterais com cada país do bloco, demonstrando a vontade de entrar no que se acreditava ser, naquele momento, um clube de países ganhando mais e mais poder e influência no jogo político internacional.

Em 2014, na Cúpula de Fortaleza, se oficializou a criação do Novo Banco de Desenvolvimento, assim como do Arranjo Contingente de Reservas, num movimento de criação de duas instituições internacionais - com acordos fundadores, então, personalidade jurídica - que pontua um processo de institucionalização do grupo BRICS.

Quando da criação do Banco, foi-se questionado – tanto pela academia, quanto pelos atores do jogo político – se essa criação teria o objetivo de fazer um contraponto às instituições hegemônicas como o Fundo Monetário Internacional e o Banco Mundial, dado que essas instituições foram criadas por - e ainda privilegiam os - países desenvolvidos, majoritariamente os anglo saxões. Considerando isso, a criação do Novo Banco de Desenvolvimento por cinco países em desenvolvimento, os quais abertamente buscavam (e ainda buscam) por mais espaço e influência no cenário internacional, pode ser visto como um movimento para enfraquecer essas instituições antigas – as quais são conhecidas por serem morosas. Essa pesquisa explorará esse questionamento, traçando um paralelo com a criação de ambas as instituições e seu funcionamento até agora, críticas inclusas.

Para compor essa análise, escolheu-se a ótica da teoria de regimes, especificamente nos pontos de mudança *do* regime ou *no* regime. Dentro dessa perspectiva, questiona-se se a criação e estabelecimento do NBD pode ser considerado uma aspiração de alteração do regime (no sentido de essa nova instituição possivelmente substituir as demais instituições até então hegemônicas), ou talvez de alteração no regime (com o objetivo de fortalecer a posição desses países em desenvolvimento, e eles entrarem no grupo de países mais influentes e que compõem a agenda internacional).

No primeiro capítulo apresenta-se a criação da Economia Política Internacional, disciplina essa criada no pós Segunda Guerra Mundial, com o objetivo de tentar melhor explicar as alterações que estavam acontecendo no cenário internacional. Dentro da disciplina de EPI – Economia Política Internacional, foi criado o marco teórico dos Regimes Internacionais, o qual será apresentado com os principais autores das escolas americana e britânica e seus conceitos. Ainda aqui, é realizada a conceituação de regimes monetários e financeiros, e também a discussão do que seria uma mudança no regime e do regime.

O segundo capítulo traz uma retomada histórica, começando com uma exposição da Conferência de Bretton Woods, que ocorreu em 1944, a qual teve o objetivo de criar uma nova ordem econômica global, buscando a estabilidade financeira depois da Segunda Guerra Mundial. Também será apresentada a criação do Banco Mundial e do Fundo Monetário Internacional, dentro desse período histórico. O Banco Mundial foi inicialmente voltado à reconstrução europeia, e posteriormente teve seu foco voltado para o desenvolvimento econômico global. Já o FMI tinha o objetivo de fornecer suporte financeiro de curto prazo a países com desequilíbrio em seu balanço de pagamentos.

Ainda no segundo capítulo analisaremos a história de formação do BRICS, como esse conjunto de países aparentemente tão díspares entre si sobre diversos âmbitos - políticos,

econômicos, sociais, culturais - decidiram se juntar nas esferas geopolíticas e econômicas, e estruturar de forma tão significativa essa aliança. Esse período, no início do século, está bem marcado como uma proposta agenda multipolarizada, tão requisitada por países em desenvolvimento. Além da teoria, ações práticas de fato aconteceram, com o exemplo claro da institucionalização do G20 como fórum oficial de discussões econômicas em 2008 - em contraponto ao G8.

No terceiro capítulo, será exposto como se deu a criação do banco em si, quais eram as propostas iniciais e os ânimos dos tomadores de decisão nesse momento - o conhecido momento de euforia. Depois, analisaremos o NBD, como foram seus primeiros anos, sua estruturação, evolução e o funcionamento do mesmo, ou seja, os projetos aprovados até então. Com uma abordagem de pesquisa bibliográfica, também serão analisadas opiniões e críticas de autores quanto ao objetivo real dos países fundadores da instituição, analisando se a intenção dos mesmos era entrar nesse grupo de elite de países desenvolvidos, os quais normalmente definem a agenda e os rumos das políticas internacionais. Ainda nesse capítulo, é exposto a discussão das críticas ao FMI e ao Banco Mundial, e as reivindicações de reformas das mesmas, com o objetivo de refletir melhor a atual ordem e realidade econômica, dando mais atenção e espaço aos países em desenvolvimento.

2. REGIMES INTERNACIONAIS

Este capítulo tem como objetivo apresentar o referencial teórico do trabalho. Será exposto a teoria de regimes, com foco na teoria *mainstream* da Economia Política Internacional, a conhecida escola americana. Também será exposto a escola britânica, que trouxe um contraponto à anterior, principalmente com os trabalhos de Susan Strange.

Além disso, serão descritos os regimes monetário e financeiro, os conceitos de mudança no regime e mudança do regime e o que isso implica, dado que esses conceitos conversam com a criação e estabelecimento do Novo Banco de Desenvolvimento.

Finalizando o capítulo, será apresentada uma visão geral sobre o Fundo Monetário Internacional - sua história, o porquê de sua criação, seus objetivos e a maneira como foi recebida pelos estados quando de sua utilização, explicando então a importância que essa instituição teve, e ainda tem, na ordem econômica em que vivemos.

2.1 AS ESCOLAS DA ECONOMIA POLÍTICA INTERNACIONAL

A década de 1970 foi o momento em que a disciplina Economia Política Internacional (EPI) foi criada e difundida dentro da academia, como um subcampo das Relações Internacionais. A criação dessa disciplina foi consequência dos fenômenos que estavam acontecendo no Sistema Internacional, como a crise do petróleo de 1973 e o fim do sistema de Bretton Woods. No pós segunda guerra, as crises econômicas e políticas eram de difícil compreensão para os tomadores de decisão. O momento de dominação econômica - ou hegemonia - dos Estados Unidos parecia estar terminando, junto com o fracasso da Guerra do Vietnã, e, ao mesmo tempo, acontecia um constante crescimento econômico da Europa Continental e do Japão. Além dessas mudanças, também se notava um aumento na interdependência entre as economias nacionais, o que parecia ameaçar a habilidade dos governos de gerir assuntos econômicos.

De acordo com Keohane e Nye, a interdependência complexa foi definida por três grandes características: múltiplos canais de comunicações, uma ausência de hierarquia entre as questões/problemas, e um papel cada vez menor à força militar. Como se pode notar, essas questões fogem das grandes questões da teoria realista, dominante até então – teoria essa que tem como base a importância do poder militar para base para as dinâmicas das relações entre os atores (Keohane; Nye 1997 *apud* Cohen 2007).

Para autores como Charles Kindleberger, Robert Keohane, Joseph Nye, Susan Strange, entre outros, fez sentido agregar os conhecimentos dos campos econômico e político numa tentativa de maior entendimento e explicação sobre a conjuntura do momento.

Ainda no trabalho de Cohen (2007), o autor traz a conceituação de Robert Gilpin, de 1975, para o termo Economia Política Internacional como ‘as interações recíprocas e dinâmicas nas relações internacionais na busca de riqueza e na busca de poder’¹(tradução nossa).

Há duas escolas de pensamento dominantes nos estudos da EPI, a escola americana e a escola britânica. A escola americana tem como seus expoentes os autores Robert Keohane, Stephen Krasner, Joseph Nye, Robert Gilpin e Peter Katzenstein. Aqui, os autores foram grandemente influenciados pelas ciências sociais, dando prioridade para o método científico, e tendo uma visão bem pragmática sobre as dinâmicas das relações entre os atores (Cohen, 2007). Os autores continuaram estado-cêntricos, privilegiando governos soberanos contra qualquer outra possibilidade de atores. O grande objetivo dos estudos aqui é entender o comportamento dos Estados na arena internacional.

A escola britânica tem como sua maior expoente Susan Strange, que além de criticar os conceitos da escola americana, também questiona a posição até então central dos Estados como atores políticos na arena internacional, trazendo a possibilidade de outros atores em suas análises. Como coloca Cohen (2007), nesse lado do Atlântico o objetivo do estudo é voltado à criticidade do sistema e das suas injustiças mais do que ser *problem-solving* e explorar possíveis soluções aos desafios dentro do sistema existente. Aqui a ambição maior é a melhoria, tentar fazer do mundo um lugar melhor.

Susan Strange lança em 1970 um artigo chamado ‘International Economics and International Relations: A Case of Mutual Neglect’, provocação era exatamente o que Strange tinha em mente. Segundo ela, uma abordagem mais moderna aos estudos das relações econômicas internacionais era necessária - uma abordagem integrada para ocupar esse lugar entre análises políticas e econômicas. Cohen (2007), declara que esse artigo de Strange foi um manifesto para a área.

Um ano depois, Strange formou uma rede de pesquisa organizada, então chamada de International Political Economic Group - IPEG. O objetivo do grupo era juntar acadêmicos, jornalistas e *policy makers* para discussões regulares da economia mundial (Cohen, 2007). Como se pode notar, Strange ficou conhecida como alguém que propunha críticas às teorias

¹ No original: “In that sense, the field of International Political Economy (IPE) has existed for less than half a century. IPE, Robert Gilpin once famously suggested, may be defined as ‘the reciprocal and dynamic interaction in international relations of the pursuit of wealth and the pursuit of power’” (Gilpin, 1975b: 43).

conhecidas como *mainstream*. Três temas estavam sempre presentes em seus escritos: EPI – Economia Política Internacional precisava ser uma teoria aberta intelectualmente, normativa em sua ambição e crítica em sua inclinação. Todos os três temas rapidamente viraram uma parte integral do estilo da escola britânica (Cohen, 2007).

2.2 A TEORIA DOS REGIMES INTERNACIONAIS

A fim de apoiar na explicação sobre o objetivo de criação pelos países membros do Novo Banco de Desenvolvimento, e para discorrer sobre uma possível mudança *no* regime ou mudança *do* regime monetário e financeiro internacional, cabe discorrer sobre os conceitos da teoria de regime pelos principais autores da Economia Política Internacional - EPI.

A teoria dos regimes, assim como a própria EPI, foi criada no pós Segunda Guerra Mundial, num momento em que a teoria realista - fortemente usada pelos tomadores de decisão até então - não mais respondia aos fenômenos que estavam acontecendo. Segundo Haggard e Simmons (1987), o subcampo de organizações internacionais e particularmente o estudo de integrações regionais gerou ricos debates teóricos na década de 1960, mas, mesmo assim, esses debates ficaram centralizados aos estudos de organizações formais, perdendo um grande âmbito de comportamento dos Estados que parecia de alguma forma regulado ou, pelo menos, organizado. A análise sobre regimes nasce com o objetivo de preencher essa lacuna. Ainda segundo Haggard e Simmons (1987), analistas da teoria de regimes assumiram que padrões de ação dos Estados são influenciados por normas, mas que esse comportamento normativo era plenamente consistente com a procura de seus interesses nacionais próprios.

Stephen Krasner é um dos primeiros autores que conceituou regimes, tendo seu conceito sendo amplamente usado e, também, criticado. De acordo com Hasenclever, Mayer e Rittberger (1997), em 1982 houve uma conferência para preparar a revista *International Relations* no tema regimes internacionais e Krasner usou os mesmos termos no seu artigo introdutório no mesmo tema. De acordo com Krasner, regimes são:

[...] conjuntos implícitos ou explícitos de princípios, normas, regras e procedimentos de tomada de decisão em torno dos quais as expectativas dos atores convergem em uma determinada área das relações internacionais. Princípios são crenças de fato, causalidade e retidão. Normas são padrões de comportamento definidos em termos de direitos e obrigações. Regras são prescrições ou proscricções para ação específica. Processos de tomada de decisão são as práticas prevalentes para fazer e implementar

a escolha coletiva²(Krasner, 1983 e 1985 *apud* Hasenclever; Mayer; Rittberger, 1997, pág 9, tradução nossa).

Esse conceito, tão amplamente difundido sobre regimes recebeu muitas críticas. Segundo Hasenclever, Mayer e Rittberger (1997), Susan Strange considerava a teoria de regimes fadada ao fracasso por causa de sua imprecisão e pouca consistência. Ela suspeitava que muitas das discussões acadêmicas ao redor desse conceito eram atribuídas ao fato que: “pessoas querem dizer coisas diferentes quando a usam³” (Strange, 1983, *apud* Hasenclever; Mayer; Rittberger, 1997, tradução nossa). Ainda de acordo com Hasenclever, Mayer e Rittberger (1997), Oran Young, nesse sentido, também afirmou em 1989 que toda a iniciativa da teoria de regimes é baseada numa fundação incerta; Young também afirma que toda a análise de regimes é frequentemente usada de forma tão vaga que críticos estavam, de forma sensata, questionando se o conceito seria algo além de uma noção enfraquecida que provavelmente produz mais confusão do que esclarecimento.

Mesmo com as diversas críticas recebidas, Keohane enfatiza duas importantes implicações que esse complexo conceito trouxe à teoria. A primeira que regimes internacionais são instituições internacionais e devem ser analisados da mesma forma. A segunda, que os termos ‘regime internacional’ e ‘organização internacional’ não são sinônimos, mesmo que em muitos casos regimes sejam acompanhados por organizações ou usados para apoiá-los em diversas formas. Ainda de acordo com Keohane, talvez a diferença mais fundamental entre regimes e organizações - mesmo ambos os conceitos podendo representar um tipo de instituição internacional - reside no fato que regimes, sendo não mais que um conjunto de princípios, normas, regras e procedimentos aceitos por Estados, não possuem a capacidade de agir; enquanto organizações podem responder à eventos, mesmo que com baixo poder político. (Keohane, 1982 *apud* Hasenclever; Mayer; Rittberger, 1997). Além disso, a esfera de atividade de uma organização internacional não precisa ser restrita à uma área particular das relações internacionais (aqui cabendo o grande exemplo das Nações Unidas); já num ponto contrário, os regimes são instituições específicas de uma dada área. Mesmo assim, Hasenclever, Mayer e Rittberger (1997) trazem o ponto que algumas das funções atribuídas à regimes, como por

² No original: “implicit or explicit principles, norms, rules, and decision-making procedures around which actors' expectations converge in a given area of international relations. Principles are beliefs of facts, causation and rectitude. Norms are standards of behaviour defined in terms of rights and obligations. Rules are specific prescriptions or proscriptions for action. Decision-making procedures are prevailing practices for making and implementing collective choice.” (KRASNER, 1983 e 1985 *apud* HASENCLEVER; MAYER; RITTBGER, 1997, pág 9)

³ No original: “people mean different things when they use it” (STRANGE, 1983, citado por HASENCLEVER; MAYER; RITTBGER, 1997)

exemplo coletar e disseminar informação entre os atores, dificilmente pode ser realizada sem a ajuda de alguma estrutura organizacional integrada ao regime.

Além disso, ainda segundo Hasenclever, Mayer e Rittberger (1997), o conceito complexo de Krasner encoraja os autores a refletir minuciosamente sobre a relação de várias obrigações (“regras” na terminologia de Keohane) na área estudada, além de forçar uma certa estrutura na descrição de regimes, então fazendo com que comparações entre áreas fiquem mais fáceis e possíveis - o que é um pré requisito para construção de uma teoria. Ademais, a hierarquia dos componentes do regime na definição consensualmente aceita (princípios, normas, regras e procedimentos) possibilitou Krasner, em 1983, a categorizar dois tipos de alteração de regime: apenas se princípios e normas são alteradas há uma mudança *do* regime propriamente dito (ou seja, dentro do regime), todas as demais mudanças são *no* regime (ou seja, a saída ou abandono de um regime e criação de um novo em tal área). Por esse motivo, torna-se claro o porquê desse conceito ainda ser amplamente utilizado.

Krasner também expõe duas ideias do motivo pelo qual regimes são criados. Primeiro pelos interesses egoístas de cada ator, para maximizar os ganhos individuais. Outra possibilidade tem relação com poder político, dado que as relações se dão e podem se fortalecer dentro dessa realidade (Krasner 1983 *apud* Hasenclever; Mayer; Rittberger, 1997).

Keohane diz que, sendo o sistema anárquico e sem uma autoridade superior que garanta proteção e resolução de problemas, os regimes são criados como uma forma de facilitar a criação de acordos entre os Estados. Stein também acredita num sistema anárquico, e diz que um regime existe quando as interações entre as partes são constrangidas ou não são baseadas em decisões independentes (Keohane, 1982 *apud* Hasenclever; Mayer; Rittberger, 1997).

Segundo Keohane, os regimes são necessários a partir do momento em que pelo menos uma das condições listadas possa ser observada: a) ausência de um quadro legal e claro que estabeleça responsabilidade para ações, b) informações imperfeitas (custos de informações), c) custo de transações positivos. Como essas condições são clara e amplamente vistas nas relações internacionais, os regimes ajudam nas relações e trocas entre Estados diminuindo os custos de transação e melhorando a qualidade das informações recebidas, aumentando então a qualidade das expectativas dentro dessas relações (Keohane, 1982 *apud* Hasenclever; Mayer; Rittberger, 1997).

Continuando e corroborando na construção da teoria de regimes, Keohane define regimes como “regimes são instituições com regras explícitas, acordadas por governantes que

pertencem a conjuntos particulares de problemas nas relações internacionais”⁴, criando assim um conceito mais sucinto e de mais fácil entendimento e uso para a academia - num contraponto ao complexo conceito de Krasner (Keohane, 1982 *apud* Hasenclever; Mayer; Rittberger, 1997, tradução nossa).

Keohane afirma que regimes internacionais e as instituições e procedimentos que se desenvolvem em conjunção com eles, realizam a função de reduzir incerteza e risco, ligando questões discretas umas com as outras e por meio da melhoria da quantidade e qualidade da informação disponível aos participantes (Keohane, 1982 *apud* Hasenclever; Mayer; Rittberger, 1997).

Hasenclever, Mayer e Rittberger (1997) advogam que regimes ajudam atores auto-interessados a coordenar seus comportamentos de forma que eles possam alcançar coletivamente resultados subótimos, e Estados aparentam ter um interesse em manter regimes mesmo quando fatores que os trouxe à existência não estão mais vigentes.

Hasenclever Mayer e Rittberger (1997) também trazem o conceito de institucionalismo: para os autores, instituições internacionais importam. Para ajudar nas análises, as instituições podem ser significativas em dois aspectos: elas podem ser efetivas ou robustas. Efetividade envolve uma perspectiva mais estática, podendo ser determinada em qualquer momento. A mesma é composta por duas ideias: um regime é efetivo à medida que seus membros cumprem suas normas e regras; a segunda: um regime é efetivo à medida que alcança certos objetivos ou propósitos. O propósito mais fundamental é o aprimoramento da habilidade dos atores cooperarem na área do regime. Já resiliência/ robustez é essencialmente uma medida dinâmica da importância de regimes, aplicação qual pressupõe uma alteração relevante no ambiente do regime. A robustez de um regime se refere ao poder permanente das instituições internacionais diante de desafios exógenos, e, à medida que decisões institucionais anteriores restringem decisões coletivas e comportamentos em períodos posteriores - resumidamente, a história da instituição importa.

Keohane traça um paralelo entre a política internacional e a perspectiva microeconômica, segunda a qual as decisões dos atores são afetados por constrangimentos e incentivos. Os atores tomam suas decisões sendo influenciados pelo sistema em que se encontram, podendo seu comportamento variar para adequar-se às possíveis mudanças. Nesse sentido, a decisão de criação de um regime ou a decisão de juntar-se a um regime tem correlação

⁴ No original: “regimes are institutions with explicit rules, agreed upon by governments, that pertain to particular sets of issues in international relations” KEOHANE, 1982 *apud* HASENCLEVER; MAYER; RITTBERGER, 1997)

direta com a análise de custo-benefício dos atores, já que regimes podem promover uma coordenação mais eficiente entre os mesmos. Um regime, nessa ótica, pode reduzir conflitos de interesses entre as diversas partes, bem como as incertezas e riscos em relação ao comportamento dos atores do sistema. Dessa forma, os regimes são criados a partir de interesses egoístas dos atores que buscam obter os melhores resultados possíveis ou, pelo menos, evitar obter o pior resultado em suas relações (Keohane, 1982 *apud* Haggard; Simmons, 1987).

Segundo Keohane, pode-se considerar que os regimes são como contratos que envolvem atores que buscam estruturar e manter relações estáveis para atingir seus objetivos de longo prazo. Porém fica evidente que os regimes internacionais são mais do que arranjos temporários, pois, diferentemente dos acordos - os quais costumam ser *ad hoc* e limitados a um ponto específico das relações entre os atores, os regimes não mudam a cada mudança de interesse de curto prazo que os atores representam. (Keohane, 1982 *apud* Krasner, 1982).

Outra conceituação necessária é a diferenciação entre regimes e instituições/ organizações internacionais. Ainda que regimes “não necessariamente precisem ser institucionalizados, considera-se que institucionalização é uma das suas grandes dimensões” (Stein, 1982 *apud* Krasner, 1982). Mesmo assim, Stein defende que os regimes são independentes das organizações internacionais, podendo ambos existir separadamente.

Oran Young acredita que a teoria de regimes abrange mais do que apenas os Estados nacionais, ele traz também os pontos da influência das entidades privadas e a pressão que os Estados recebem desses atores internos. Para Young, os regimes são instituições sociais. Portanto, o tópico mudança de regime é um fenômeno ainda mais complexo, dado que forças exógenas às relações entre os Estados, como desenvolvimentos sociais internos, podem ser uma fonte de alterações nos regimes. O elemento/comportamento humano, ao se alterar, podem alterar os elementos que constituem os regimes (Young 1982 *apud* Haggard; Simmons, 1987).

Outro padrão de mudança advém da estrutura de poder do sistema internacional, visto que atores mais poderosos podem exercer pressão de modo a favorecer seus interesses durante as negociações de mudanças nos regimes, Nesse sentido, ressalta-se que como a distribuição de poder entre as unidades do sistema internacional tende a ser mais dinâmica do que a alteração nos regimes, essa correlação nem sempre se mantém, ou seja, os regimes não se alteram na mesma intensidade que a distribuição de poder (Krasner, 1982).

Haggard e Simmons (1987) julgam importante diferenciar regimes e cooperação. Segundo o autor, regimes são exemplos de comportamento cooperativo e podem facilitar a cooperação, mas cooperação pode ocorrer sem regimes estabelecidos.

2.3 A FUNÇÃO DE INSTITUIÇÕES INTERNACIONAIS DENTRO DOS REGIMES

As instituições têm uma função fundamental dentro da discussão sobre regimes, dado que apresentam um espaço de negociação entre os Estados para as questões da agenda internacional dentro de um regime. Nesse sentido, as instituições também se tornam um mecanismo de fácil acesso aos Estados mais fracos, visto que apresentam baixos custos de utilização e estão acessíveis aos atores que participam de tal regime - diferentemente do que ocorre com a política de poder militar, a qual favorece aqueles com maiores capacidades militares (Keohane; Nye 2012 *apud* Pires, 2017)

Outra função das instituições é a de separar os diversos temas que são vistos no sistema internacional, facilitando o diálogo e a tomada de decisão dos atores, e favorecendo a cooperação entre os mesmos. Por isso, pode-se entender que as instituições contribuem com a definição de agenda internacional já que ajudam a determinar as prioridades a serem debatidas, aumentam a comunicação entre governos, possibilitando a formação de coalizões entre os atores, e permite que os Estados mais fracos possam tomar iniciativas, legitimar suas demandas e definir estratégias em conjunto para obtenção de melhores resultados, de modo a buscar minimizar as assimetrias existentes (Keohane; Nye 2012 *apud* Pires, 2017)

De acordo com Keohane, as instituições também ajudam na disponibilização de informação entre os atores do regime, diminuindo as incertezas dentro do jogo político e favorecendo a cooperação na busca de objetivos, sejam eles em comum ou egoístas. Ao reduzirem as incertezas, as instituições possibilitam que acordos sejam feitos mesmo nos momentos de crise, ou seja, não são apenas instrumentos de curto prazo, mas funcionam visando solucionar futuros problemas que ocorram no sistema internacional (Keohane, 1984 *apud* Cohen 2007).

2.4 CARACTERÍSTICAS DOS REGIMES FINANCEIRO E MONETÁRIO INTERNACIONAL

Com o objetivo de se aprofundar no Novo Banco de Desenvolvimento, faz-se importante conceituarmos os sistemas financeiro e monetário, para entender o papel do NBD dentro desses sistemas.

As relações da ordem econômica internacional podem ocorrer em três sistemas - monetária, financeira e comercial. Apenas para fins de conceituação, sem relação direta com o objeto da pesquisa, segundo Sato (2012) o regime comercial tem ligação com a divisão

internacional do trabalho, englobando as normas, práticas, instituições e tratados que determinam as transações comerciais, ou seja, as relações de compra e venda, e também as relações que determinam quem produz e o que se produz.

O sistema monetário internacional é conceituado por ser a forma da moeda internacional, o regime de câmbio e o grau de mobilidade de capitais. As funções da moeda nacional são meio de liquidação das transações e dos contratos, unidade de conta e reserva de valor.

De acordo com Prates (2005), dado as relações de poder entre os países centrais e periféricos, estabelece-se uma moeda chave - em geral, a moeda do país hegemônico - e o regime cambial vigente desse mesmo país. O sistema monetário internacional que emergiu após o colapso do acordo de Bretton Woods consolidou o dólar como divisa-chave. Os demais traços do sistema são o regime de câmbio flutuante e a livre mobilidade de capitais.

Ainda de acordo com Prates (2005), a posição do dólar como moeda chave ancorou-se, após o colapso de Bretton Woods, no poder financeiro dos Estados Unidos, associado à importância das instituições financeiras americanas e à dimensão do seu mercado financeiro doméstico.

Além disso, o sistema monetário refere-se à estrutura através do qual dinheiro é criado, distribuído e regulado dentro de uma economia. O mesmo consiste de instituições, políticas e práticas que governam a oferta da moeda, taxas de câmbio e operações bancárias (Keynes; Robinson, 1989)

De acordo com Keynes e Robinson (1989), o sistema financeiro é um termo mais amplo e abrange as instituições e os mercados que facilitam o fluxo de capital entre agentes. O mesmo inclui instituições financeiras, mercados financeiros, intermediários financeiros (por ex. bancos e companhias de seguro), gestões de risco e regulações.

Essencialmente, ainda de acordo com Keynes e Robinson (1989), o sistema financeiro internacional é uma rede complexa e interligada que facilita o comércio exterior, investimentos e cooperação econômica. A sua estabilidade (ou falta de) reside numa combinação de forças de mercado, supervisão e fiscalização do cumprimento de regras criadas pelas instituições financeiras e políticas econômicas dos governos; Enquanto o sistema monetário foca na criação e regulação da moeda, o sistema financeiro lida com os movimentos e alocações de recursos financeiros, gestão do risco e investimentos.

3. NOVO BANCO DE DESENVOLVIMENTO E CONTEXTO DE SUA FORMAÇÃO

Após a definição do marco teórico no primeiro capítulo, com a explicação do conceito de regimes segundo alguns autores fundamentais, e apresentação dos conceitos de regimes financeiros e monetários, neste capítulo explica-se o contexto histórico para criação do Novo Banco de Desenvolvimento. A conceituação do regime financeiro, principalmente, tem relação direta com o Banco Mundial, e também com o Novo Banco de Desenvolvimento, dados os papéis que essas instituições tem como atores na arquitetura financeira global, influenciando e respondendo ao regime efetivo.

Dado isso, começaremos com uma retomada do Regime de Bretton Woods, explicando o momento histórico e econômico muito específico do pós Segunda Guerra Mundial. Depois, passaremos para a criação do Banco Mundial e do Fundo Monetário Internacional, os motivos de sua criação dentro desse contexto e seus objetivos. Depois disso, faz-se necessário explicar o surgimento do bloco BRICS, as realizações do grupo - que foram muito significativas para cinco países emergentes - num momento de crise econômica mundial, e posteriormente sua decisão de criação de um banco de desenvolvimento, num movimento que institucionalizou ainda mais o bloco. Para encerrar o capítulo, revisitaremos a criação do Novo Banco de Desenvolvimento em 2014 e seu desenvolvimento até o momento atual, mostrando sua estrutura e funcionamento.

3.1 REGIME DE BRETTON WOODS

O padrão ouro estabelecido no século XIX, mais especificamente entre 1880 e 1914, colapsou no início da Primeira Guerra Mundial (1914 - 1918). Depois de 1918, várias tentativas de retorno ao padrão ouro falharam. A Grande Depressão, a recessão econômica que começou em 1929 e durou até a década de 1930, com efeitos sentidos ainda na década de 1940, sendo considerada por alguns autores como a crise econômica mais profunda e devastadora do século - segundo Comert 2019, todos esses componentes tornaram o retorno ao padrão ouro impossível (Rochon, 2019).

Enquanto a Segunda Guerra Mundial avançava, as nações reconheceram a necessidade de uma estrutura econômica estável, para prevenir a desordem econômica que seguiu no período entre e pós guerras. Ademais, com a guerra chegando a seu fim, ficou claro que um esforço massivo iria ser necessário para reconstrução da economia global, especialmente na Europa e na Ásia. As nações aliadas planejavam criar mecanismos para estabilizar economias e promover o comércio internacional (Rochon, 2019).

Com o final da Segunda Guerra Mundial, uma nova estrutura de instituições internacionais foi pensada sob a liderança dos Estados Unidos e do Reino Unido. Isso resultou na criação do acordo assinado em julho de 1944 na cidade de Bretton Woods, New Hampshire, Estados Unidos, e incluiu delegados das 44 nações aliadas. Com esse acordo, uma nova fase começou na economia do mundo ocidental, sendo considerado um momento crucial na história da cooperação econômica global. O acordo foi profundamente concebido por John Maynard Keynes (britânico) e Harry Dexter White (estadunidense). O acordo também configurou as bases do Banco Mundial e do Fundo Monetário Internacional (Rochon, 2019).

O novo sistema tinha como objetivo a estabilidade das taxas de câmbio, através de controle de capitais. Os países membros iriam configurar paridade cambial e aplicar a política monetária para permitir que essa paridade flutuasse em 1%. A paridade poderia ser alterada pelos países membros em até 10% depois de consulta com o FMI para sérios desequilíbrios ou com aviso prévio (Rochon, 2019).

De acordo com o acordo de Bretton Woods, enquanto controle de capital é possível, os estados membros devem permitir a conversibilidade de suas moedas depois de certo período de tempo. Os fundos do FMI podem ser usados para corrigir problemas do balanço de pagamento de curto e médio prazos. Nesse sentido, um fundo comum foi criado no qual membros poderiam participar em certos níveis (Rochon, 2019).

Além desses tópicos, outro resultado central da conferência de Bretton Woods foi a centralização da liderança dos Estados Unidos também no âmbito da economia mundial. Esse Estado contava com uma grande economia no pós-guerra e uma grande reserva de ouro - em contraponto às demais nações que sofreram os destroços dos conflitos, tornando-se um ator central no novo sistema, formando a nova economia política internacional do momento. (Rochon, 2019).

O sistema de Bretton Woods permaneceu até 1971, quando os Estados Unidos abandonaram o padrão ouro, marcando o início de um sistema de taxas de câmbio flutuantes. Porém, as instituições ali criadas - Banco Mundial e Fundo Monetário Internacional - continuam ativas e exercem um papel central na economia global ainda hoje (Rochon, 2019).

3.2 BANCO MUNDIAL

Banco Mundial é o termo abrangente usado majoritariamente para se referir ao Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD), mas, na verdade, o Banco é um Grupo composto por cinco instituições: o mencionado Banco Internacional para Reconstrução

e Desenvolvimento (BIRD), a Associação de Desenvolvimento Internacional (ADI), a Corporação Financeira Internacional (CFI), a Agência Multilateral de Garantia de Investimento (MIGA) e o Centro Internacional para Arbitragem de Disputas sobre Investimento (ICSID) (World Bank Group, 2024).

De acordo com o livro *The World Bank*, 1981, a Corporação Financeira Internacional - CFI foi criada em 1956, e sua função é assistir ao desenvolvimento econômico de países menos desenvolvidos, promovendo crescimento no setor privado de suas economias e ajudando a mobilizar capital nacional e internacional para esse propósito. No total a CFI tem 119 países. Legal e financeiramente, a CFI e o Banco são entidades separadas. Enquanto o Banco apenas faz empréstimos, a CFI faz empréstimos e investimentos de capital. Além disso, enquanto o empréstimo do Banco precisa ser feito (ou, ao menos, garantido por) um governo, o CFI não procura nem aceita garantias governamentais. O CFI tem seus próprios funcionários para as questões legais e de operações, mas utiliza dos funcionários do Banco para funções administrativas e demais serviços. O presidente do Banco também é o presidente do CFI.

A Agência Multilateral de Garantia (MIGA, na sigla em inglês) é uma instituição financeira internacional criada em 1988, que fornece seguro contra riscos políticos para diversos projetos em países membros, em todas as regiões do mundo. A Agência oferece garantia contra possíveis prejuízos; o seguro também beneficia tomadores e doadores de empréstimos através de dissuasão de ações nocivas, provendo conhecimentos sociais e ambientais, resolvendo disputas, acessando fundos, aumentando prazos dos empréstimos e diminuindo os custos das transações financeiras. De forma geral, a Agência provê um mecanismo de seguro de investimento para incentivar a confiança de investimento em países em desenvolvimento (MIGA, 2024).

O Centro Internacional para Arbitragem de Disputas sobre Investimento (ICSID, na sigla em inglês) foi criado em 1966, e fornece uma plataforma para arbitragem e conciliação de disputas sobre investimentos internacionais, particularmente entre investidores (geralmente companhias privadas estrangeiras ou pessoas físicas) e governos. As funções primordiais do Centro são arbitragem e conciliação, execução de sentenças, além de estabelecer um quadro legal e gerir os casos com transparência. O Centro provê um mecanismo confiável e neutro para resoluções de disputas, e isso, como consequência, encoraja investimentos estrangeiros diretos, dando aos investidores confiança que seus investimentos serão protegidos sob o direito internacional (ICSID, 2024)

O BIRD foi criado em 1945, sendo a instituição mais antiga e maior. Sediado em Washington DC, Estados Unidos, a instituição pertence aos governantes de 139 países que

subscreveram seu capital. Nos termos dos artigos do acordo formativo da instituição, apenas países que são membros do Fundo Monetário Internacional podem ser considerados para se tornarem membros do BIRD. Inscrição pelos países membros ao capital social do BIRD tem relação com a quota dos membros no FMI, o qual é designado para refletir o poder econômico relativo de cada país (The World Bank, 1981). O BIRD atua como um intermediário financeiro global, financiando suas operações de empréstimo majoritariamente com o dinheiro que empresta do mercado de capitais mundial. Valores significativos também vem do pagamento de subscrição que os países membros fizeram, dos lucros acumulados, e do fluxo de pagamentos dos empréstimos. Esses empréstimos normalmente são pagos em 20 anos ou menos, com um período de carência de até 5 anos. A taxa de juros aplicada tem relação com o juro que o BIRD deve pagar no capital que o mesmo emprestou. Cada empréstimo deve ser feito, ou pelo menos garantido pelo governo interessado (The World Bank, 1981).

A Associação Internacional de Desenvolvimento (IDA, na sigla em inglês) foi criada em 1960 para prover assistência principalmente para os países em desenvolvimento mais pobres, de forma que iria ser menos prejudicial no balanço de pagamentos desses países, numa comparação com o BIRD. Na prática, mais de 80% dos empréstimos da IDA vão para países com um produto nacional bruto per capita menor do que USD 360. A adesão do IDA é aberta a todos os países membros do BIRD, e 125 deles se filiaram (The World Bank, 1981).

O objetivo de ambas as instituições - BIRD e IDA, é ajudar a aumentar produtividade e padrões de vida nos países em desenvolvimento, através de emprestar recursos financeiros dos países desenvolvidos. Além disso, as instituições também fazem um significativo papel não financeiro com seus trabalhos analíticos e aconselhamento político (The World Bank, 1981).

O Banco Mundial tem um propósito central promover progresso econômico e social em nações em desenvolvimento, ajudando-as a aumentar produtividade para que a população possa ter uma qualidade de vida melhor. O Banco arrecada dinheiro dos países ricos, e empresta para projetos de alta prioridade e programas em nações subdesenvolvidas. Os projetos abrangem uma ampla gama de atividades, eles ajudaram a desenvolver agricultura, melhorar educação, aumentar o acesso à energia elétrica, expandir indústrias, criar melhores instalações urbanas, promover o planejamento familiar, estender serviços de telecomunicações, modernizar sistemas de transportes, melhorar o acesso à água e instalações de esgoto, e estabelecer centros de apoio médico. Numa média, o Banco financia cerca de 40% do custo de um projeto. Geralmente, a maior parte do custo é arrecadada pelos países em desenvolvimento dos seus próprios recursos. O financiamento do Banco destina-se principalmente para ajudar com os custos de diferença de câmbio (The World Bank, 1981).

Segundo as autoras Prado e Salles (2014), o Banco Mundial ocupa uma posição central no campo da cooperação para o desenvolvimento. Essa posição central ficou ainda mais clara no final da Guerra Fria, em que o banco e seus ideais foram fortalecidos - por exemplo, a suposição de que todo projeto financiado sob o campo da cooperação para o desenvolvimento deve ser projetado para ampliar os recursos produtivos do país receptor, e para conseguir isso, deve ser orientado a longo prazo e implementado eficientemente, é uma ideia ainda amplamente aceita entre os atores.

Dos anos 1950 para 1960 o propósito principal dos empréstimos do banco era financiar infraestrutura pesada, em clara conexão com as doutrinas econômicas de desenvolvimento que priorizavam a criação de condições básicas para impulsionar investimentos privados e industrialização em economias pequenas. Já durante os anos 1970, um importante elemento do banco se tornou o combate à pobreza, sendo que até então a dimensão social estava fora do radar do banco. Dado esse objetivo, o banco financiou mais projetos voltados à agricultura e educação, que atingiam diretamente a população de base. Durante os anos 1980, houve uma nova mudança na agenda do banco, desta vez no apoio de reformas macroeconômicas, conhecidas como ajustes estruturais. Essa vertente recebeu diversas críticas, e os anos 80 posteriormente receberam o apelido de “a década perdida do desenvolvimento”. Nos anos 1990, diferentes abordagens foram combinadas e convergiram para a agenda institucional, também conhecida como a agenda de boa governança (Prado; Salles, 2014).

Ainda de acordo com as autoras:

Apesar de ser o ator principal no campo, a liderança do Banco Mundial não passou incontestada. Como resultado dessas mudanças significativas na sua agenda, o campo da cooperação para o desenvolvimento passou por mudanças e contestações por diferentes agentes através da sua história. No entanto, o Banco nunca sofreu uma grande ruptura. Ao contrário, ele apenas se expandiu, com mais atores entrando no campo. Na verdade, apenas se tornou mais complexo, com mais elementos sendo adicionados em sua agenda. Naturalmente, com o campo ganhando cada vez mais importância e atores sendo mais numerosos e sofisticados, há mais espaço para contestações, e mais “batalhas” começam a aparecer. (...) Nenhuma das tentativas de reforma do campo seriamente desafiou suas crenças fundamentais (ou o “paradigma” predominante) ou ameaçou seu ator central, o Banco Mundial.⁵ (Prado; Salles, 2014, PAG 5, tradução nossa).

⁵No original: “Despite being the prevailing actor in the field, the World Bank's leadership has not gone unchallenged. As a result of these significant changes in its agenda, the field of development cooperation has gone through reforms and contestations by different agents throughout its history. Nevertheless, it has never suffered a major rupture. Rather, it has expanded, with more actors joining the field. If anything, it has become more complex, with an ever-increasing list of essential elements added to its agenda. Naturally, as the field gains importance and actors become more numerous and sophisticated, there is greater room for contestation, and more “battles” start to appear. (...) However, none of these attempts to reform the field has seriously challenged core beliefs (or the prevailing “paradigm”) or threatened its central actor, the World Bank” (PRADO; SALLES, 2014, PAG 5).

3.3 FUNDO MONETÁRIO INTERNACIONAL

O Fundo foi criado durante a conferência de Bretton Woods, dentro da conjuntura do esforço pós-guerra para promover estabilidade financeira global e cooperação econômica entre os atores, dado que o ambiente era de grande instabilidade causado pelas guerras e pela Grande Depressão. As suas operações começaram oficialmente em 1947 (Driscoll, 1995).

Quando da sua criação, em 1944, seus objetivos eram promover cooperação monetária internacional, facilitar um crescimento sustentável do comércio internacional, ajudar na estabilidade das taxas de câmbio e prover recursos financeiros para os países que enfrentavam dificuldades em manter a balança de pagamentos. Esses objetivos iam ao encontro com o contexto político-econômico da época, na tentativa dos países de saírem da crise econômica que passava o comércio internacional (Driscoll, 1995).

Ainda sobre o objetivo inicial de promover estabilidade nas taxas de câmbio, nesse momento o FMI tinha o objetivo de supervisionar um sistema de taxas fixas, dentro de um sistema que fixava ao dólar americano. Esse sistema acabou em 1971, mas o FMI continua monitorando as taxas de câmbio e promovendo conselhos políticos. (Driscoll, 1995).

Atualmente, segundo seu site oficial, o objetivo do FMI é fomentar a estabilidade financeira internacional oferecendo conselhos políticos - monitorando desenvolvimentos econômicos e financeiros, assistência financeira - através de empréstimos e outras ajudas financeiras para os países membros, além de capacitação para desenvolvimento - assistência técnica e treinamentos para ajudar os governos para implementar medidas econômicas sólidas (FMI, 2024).

O FMI também fornece assistência financeira, quando países não conseguem cumprir com o desequilíbrio da balança de pagamentos - quando não conseguem pagar débitos em moedas estrangeiras ou manter o valor de suas moedas - os mesmos podem emprestar do Fundo. Essa assistência é dada com condições para promover reformas econômicas, estabelecidas pelo mesmo. (SELA, 1986)

O FMI conta com 190 países membros. Cada país contribui para um conjunto de recursos, de acordo com seu tamanho e capacidade econômica (considerando-se os elementos: PIB, viabilidade econômica e reservas internacionais); recursos esses que podem ser emprestados quando os países o necessitarem. A quota de cada país - a contribuição financeira realizada - determina o poder do voto dentro da organização e, também, o montante que o membro pode solicitar de empréstimos junto ao FMI (FMI, 2024).

Quanto ao modo de funcionamento da assistência financeira, quando a mesma ocorre o país tomador deve aceitar um conjunto de reformas econômicas que visam à estabilização da economia, como medidas de austeridade, reformas estruturais ou ajustes fiscais. Esses requisitos e políticas que o FMI impõe aos países que irão receber os empréstimos são chamados de condicionalidades, e é um dos elementos-chaves do Artigo do Acordo do FMI. Essas chamadas condicionalidades recebem muitas críticas de economistas e especialistas de desenvolvimento, dado que as políticas de austeridade decorrentes das condicionalidades do FMI normalmente acarretam em cortes de programas sociais, e, em alguma medida, desemprego. Fortemente ligado ao neoliberalismo, essa corrente enfatiza a importância de equilibrar o orçamento e controlar a inflação como bases para a estabilidade econômica de longo prazo, além do controle rigoroso do gasto público e a redução da intervenção estatal serem essenciais para promover o crescimento econômico sustentável, ideias das quais o FMI e sua equipe fortemente acreditam. (SELA, 1986)

Vale mencionar que segundo Stuenkel (2017, pág 175) “os países dos BRICS, vários dos quais já receberam ajuda externa, há muito criticam a aplicação das condicionalidades (...) Elas ameaçam a democracia e a autodeterminação (...), os membros do grupo BRICS alegam que o FMI muitas vezes prescreve doses erradas de austeridade devido a uma falta de expertise e conhecimento sobre as economias afetadas”.

Dadas as alterações econômicas do pós Segunda Guerra Mundial, o Fundo era o órgão dotado de recursos para auxiliar o processo de ajuste dos países que sofriam desequilíbrios no balanço de pagamento. O FMI tinha a ideia de financiar as necessidades de divisas dos países deficitários enquanto estivessem promovendo o ajuste de seus gastos líquidos no exterior (Cardim de Carvalho, 2003). Quando o fundo entrou em funcionamento, em 1946, o mesmo estava preocupado em controlar excessos de demanda do que combater pressões deflacionárias que poderiam resultar da insuficiência de demanda à escala global. Nisso, ainda de acordo com o autor:

Nessas circunstâncias, cabia ao FMI apoiar o processo de ajuste de balanço de pagamentos nos países deficitários recomendando e monitorando a aplicação de políticas de contração de demanda, que eliminassem o excesso inicial que teria dado origem ao desequilíbrio. Em função dessa inclinação a encarar desequilíbrios de balanço de pagamentos sempre como resultantes de excesso de demanda, o Fundo acabou sendo identificado com a imagem de promotor de recessões, que mantém até o presente. (Cardim de Carvalho, 2003, pág 7).

Segundo a análise de Cardim de Carvalho (2003), as políticas recomendadas tanto pelo FMI quanto pelo Banco Mundial sempre adotaram uma visão liberal do modo ideal de operação

de uma economia de mercado; isso se explica pelo fato de que o espírito de Bretton Woods foi principalmente influenciado pelos ideais liberais dos Estados Unidos, vista a posição de liderança indisputada desse país à época, e a concepção de capitalismo dominante então. Ainda de acordo com Cardim de Carvalho (2003, pág 7), “essa visão enfatizava, naturalmente, a superioridade do capitalismo como sistema produtivo sobre as alternativas”, além de trazer que “a visão do capitalismo desse período admitia um grau de intervenção maior do Estado na economia”. Cardim de Carvalho resume a atuação do Fundo nos seus primeiros anos como fundamentalmente pragmática, sendo seu diagnóstico padrão de crises de balanço pagamentos a responsabilização dos países deficitários, atribuindo-lhes a adoção de políticas econômicas de demanda insustentavelmente expansionistas. A receita padrão de ajuste então constituía-se na troca dessas políticas por outras, contracionistas, que serviriam para reduzir a pressão sobre as transações correntes, adequando a demanda agregada à capacidade produtiva do país.

De acordo com Cardim de Carvalho (2003, pág 8) “as políticas de demanda propostas pelo Fundo aos países com problemas de balanço de pagamento foram, assim, desenhadas a partir de um pequeno conjunto de modelos criados, em sua maioria, pelo próprio FMI”. Esses tais modelos deveriam ser suficientes para inspirar as políticas de ajuste julgadas necessárias para tratar de déficits de transações correntes em países industrializados. O pressuposto subjacente a essa afirmação é que esses países enfrentariam desequilíbrios superficiais, atribuídos à implementação temporária de políticas econômicas incoerentes. Presumia-se que a correção dessas políticas promoveria um rápido reequilíbrio do balanço de pagamentos, eliminando o déficit inicial e restabelecendo as condições necessárias para o funcionamento eficiente dessas economias. Com base nessa expectativa, as linhas de suporte financeiro disponibilizadas pelo FMI, conhecidas como linhas *stand-by*, eram caracterizadas por prazos extremamente curtos.

Cardim de Carvalho (2003) traz o fato de que, com as mudanças que ocorreram nas décadas de 1980 e 1990, os usuários dos empréstimos variam imensamente, que passou de ser composta predominantemente por países desenvolvidos para ser composta por países em desenvolvimento ou subdesenvolvidos. A partir desse momento, o Fundo teve que repensar as suas estratégias, já que agora surgia a possibilidade de que problemas de balanço de pagamentos pudessem refletir mais do que inconsistências passageiras de políticas macroeconômicas. O FMI iniciou programas de ajuste estrutural, que consistem em medidas destinadas não apenas a controlar a demanda agregada, mas também a reconfigurar a estrutura econômica dos países assistidos. Essa abordagem parte do pressuposto de que os desequilíbrios no balanço de pagamentos, nestes casos, têm raízes mais profundas, relacionadas a deficiências na estrutura

produtiva ou na infraestrutura dos mercados. Diante disso, os programas de ajuste para esses países precisaram ser reformulados, tanto em relação às políticas sugeridas quanto aos prazos de assistência, já que a resolução de problemas estruturais tende a ser significativamente mais complexa e demorada do que a de questões conjunturais (Cardim de Carvalho, 2003).

Na década de 1990 o FMI passa por outra mudança, quando o crescimento dos fluxos de capitais internacionais se tornou um fator mais significativo. Segundo Cardim de Carvalho, 2003, os fluxos internacionais de capitais, embora pudessem gerar benefícios para as economias que os recebem, também aumentaram o risco de crises de balanço de pagamentos de uma natureza distinta daquela tradicionalmente enfrentada pelo FMI; por isso, surgiram déficits substanciais no balanço de pagamentos, mesmo com as transações correntes equilibradas. Surgiram então as chamadas crises da conta de capitais, caracterizadas por saídas significativas de capital por parte de residentes e pela repatriação de recursos estrangeiros para suas origens ou outros destinos, confrontando-se com a limitação das reservas disponíveis. Os modelos e as políticas desenvolvidas pelo FMI estavam, até então, direcionados para a conta de transações correntes, deixando a instituição despreparada para enfrentar crises de liquidez internacional ou de fuga de capitais. Muitos analistas atribuem à falta de preparo do FMI, bem como às políticas inadequadas e irresponsáveis que recomendou, o impacto devastador que os acordos firmados com a instituição causaram nas economias asiáticas no final de 1997 e ao longo de 1998 (Cardim de Carvalho, 2003).

Essas mudanças que ocorreram na realidade do Fundo - maior quantidade de países em desenvolvimento sendo atendidos pelo mesmo, ao invés de países desenvolvidos, e a emergência de crises de conta de capitais - fizeram com que os analistas do Fundo adiciassem novas políticas, não a completa substituição das mesmas (Cardim de Carvalho, 2003). Os programas de ajuste promovidos pelo Fundo atualmente, apesar de incluírem exigências relacionadas ao ajuste estrutural, continuam baseados nas mesmas políticas macroeconômicas implementadas nos primeiros anos da instituição. Políticas de austeridade monetária, como o aumento das taxas de juros, ainda são requisitadas. Contudo, o objetivo agora não é mais reduzir a demanda por investimentos, mas sim atrair fluxos de capitais. Da mesma forma, a austeridade fiscal permanece como uma demanda central, não para restringir a demanda agregada, mas para transmitir aos investidores internacionais a confiança de que os ajustes necessários serão financiados sem comprometer o equilíbrio do orçamento fiscal. Ainda de acordo com o autor, sobre esse assunto: “a imaginação que sobra ao Fundo para produzir novos diagnósticos se torna escassa ao voltar-se para a escolha de políticas de ajuste” (Cardim de Carvalho, 2003, pag 12).

Ainda segundo Cardim de Carvalho (2003), o Fundo influencia as políticas econômicas dos países membros através de dois canais. O primeiro tem relação das avaliações de curto prazo de suas decisões econômicas, junto com recomendações de melhoria. O autor traz o ponto que diversas análises foram feitas a países desenvolvidos (principalmente na década de 1990), como fortes críticas à política monetária dos Estados Unidos, ou demandando a implementação de reformas estruturais liberalizantes na França e na Alemanha, e esses países simplesmente ignoraram as recomendações feitas. Já as avaliações para os países emergentes, infelizmente têm outro peso, pois têm influência sobre o comportamento de investidores internacionais: quando o FMI expressa preocupação com os rumos políticos de um país emergente, isso pode gerar insegurança entre os investidores, levando-os a evitar oportunidades nessa economia ou a retirar seus capitais, caso já estejam investidos. Nesse assunto, ainda de acordo com o autor:

Assim, o Fundo pode assumir (e, na verdade, busca ativamente alcançar esta posição) uma função de *gatekeeper* para o fluxo internacional de capitais. Isso daria ao FMI um poder de influência independente do efetivo uso de recursos em pacotes de resgate, amplificando o impacto de suas proposições. Por isso mesmo, desde o final do século passado o Fundo tem investido no fortalecimento de sua função de monitoração e supervisão. (Cardim de Carvalho, 2003, pag 15)

Outro canal de controle das políticas econômicas se dá efetivamente quando do empréstimo pelo Fundo. Quando um país solicita apoio durante crises de balanço de pagamento, e o Fundo o concede, dois documentos são assinados; o primeiro é efetivamente o contrato, através do qual o país compra uma quantidade de moeda estrangeira, com o acordo de revender de volta à instituição depois de certo tempo. O segundo documento assinado (de acordo com Cardim de Carvalho (2003, pag 15), “muito mais importante do que o mero contrato financeiro”), é a declaração chamada de Carta de Intenções, na qual são estabelecidas as condicionalidades em termos de políticas econômicas e reformas estruturais que assistem à concessão do empréstimo. Essa declaração é assinada pelos representantes do país, o ministro das finanças e o presidente do banco central; vale destacar que a mesma não é considerada um contrato dado que não registra obrigações mútuas, sendo, ao contrário, uma declaração unilateral do governo tomador de empréstimo demonstrando as alterações econômicas e políticas que irá realizar, com o objetivo de recuperar o equilíbrio do balanço de pagamento e saldar o empréstimo (Cardim de Carvalho, 2003).

Teoricamente, o FMI não é responsável pelas políticas adotadas, já que elas são decididas pelos países tomadores. No entanto, de acordo com Cardim de Carvalho (2003), na prática a negociação das condicionalidades é a parte mais difícil do processo, em que os países

tentam manter alguma independência sem perder o acesso aos recursos, enquanto o FMI adota uma postura rígida em relação às políticas que considera necessárias. Ainda nesse assunto, o autor adiciona:

As condicionalidades anexadas aos pacotes de resgate de países em crise são o grande instrumento que o Fundo tem para influenciar diretamente a escolha de políticas econômicas. Normalmente, os países que recorrem ao FMI o fazem em situação desesperadora e têm, por isso, poucas possibilidades de resistir às demandas que lhes são feitas pelo staff da instituição, ou que são reconhecidamente objeto da preferência da direção do Fundo. Preserva-se, em geral pobremente, a aparência de um processo de negociação em que o poder é distribuído; contudo, isso acontece de forma totalmente assimétrica, colocando-se de um lado um país em busca desesperada de recursos, para o qual qualquer demora pode ser fatal, e do outro uma instituição que não tem qualquer pressa em fechar um acordo que não lhe agrade. (Cardim de Carvalho, 2003, pag 17)

Outro ponto importante levantado por diversos autores como crítica à essa instituição é a falta de representação dos países não desenvolvidos. Tradicionalmente os presidentes do FMI são europeus e do Banco Mundial são norte-americanos. Essa não é uma regra formal, mas sim um acordo tácito que tem sua origem ainda do momento de criação dessas instituições, demonstrando o equilíbrio de poder quando do acordo de Bretton Woods (SELA, 1986). Além disso, tanto o FMI como o Banco Mundial são instituições as quais possuem sua sede em Washington (capital do governo dos Estados Unidos), e trabalham exclusivamente com o idioma inglês, elementos que os tornam instituições mais anglo saxônicas em atuação do que globais; diferente, por exemplo, de diversas outras organizações internacionais e agências das Organizações das Nações Unidas (Woods, 2006) Ainda na ótica da falta de representação, os autores Bacha e Mendoza, 1986, pontuam em seu artigo que, historicamente, a América Latina e o Caribe são as regiões que mais receberam empréstimos, tanto do Banco Mundial como do FMI. Contudo, nem o volume total de empréstimos nem a maior importância relativa do Banco no financiamento externo regional podem esconder o fato de a América Latina como um todo ter visto a sua importância nas atividades de empréstimo do Banco diminuir progressivamente.

3.4 BRICS E SEU CONTEXTO DE CRIAÇÃO

Em 2001, Jim O'Neill, chefe de pesquisa econômica global da Goldman Sachs, criou uma categoria para abranger países de grande território e em rápido desenvolvimento, os quais ele considerou que seriam essenciais para uma transformação econômica global a qual ele julgava estar acontecendo. Como economista, O'Neill não levou muitos aspectos políticos em consideração e elaborou um grupo com base em indicadores econômicos, centrado nas taxas de

crescimento do PIB, PIB *per capita* e tamanho populacional (Stuenkel, 2017). Buscando atrair investidores, em seu Goldman Sachs Global Economics Paper N° 66, “Building Better Global Economic BRICs”⁶, publicado em 2001, O’Neill previu que “ao longo dos próximos 10 anos, deverá haver um crescimento do peso dos BRICs, sobretudo da China, no PIB mundial”, o que traria à tona “questões importantes sobre o impacto econômico global das políticas fiscais e monetárias do BRICs” (Stuenkel, 2017, pag 15). Não era intenção de Jim O’Neill fundar um novo grupo econômico, mas, sim, apontar ao mercado financeiro a presença de países com potencial para receber grandes investimentos, considerando que suas projeções apontavam para uma trajetória promissora de crescimento e estabilidade (Santana; Carvalho, 2018).

Em outubro de 2003, a Goldman Sachs lançou uma nova análise intitulada "Dreaming with the BRICs: The Path to 2050". Nesse relatório, foram feitas previsões mais detalhadas e de longo prazo, indicando que, por volta de 2050, as economias dos BRICs superariam, em termos de dólares, as do G6, que inclui Estados Unidos, Alemanha, Japão, Reino Unido, França e Itália. Segundo Stuenkel (2017), o impacto dessa análise sobre investidores e banqueiros foi significativamente maior do que o da primeira. Além disso, sua influência se estendeu além do setor financeiro, ajudando o termo BRICs a se consolidar como um jargão na política internacional.

Em 2005 a Goldman Sachs afirmou que a ascensão dos BRICs ocorreria de maneira mais rápida do que o previsto em 2003. Por volta da época da primeira cúpula oficial dos BRICs, em 2009, a mídia já se referia a eles de forma habitual como “os BRICs”, sem necessidade de explicações adicionais. Em 2010, a Goldman Sachs descreveu os primeiros dez anos do século XXI como a “Década dos BRICs” (Stuenkel, 2017).

Segundo Stuenkel (2017), no momento da criação da sigla BRICs, o contexto internacional favorecia a noção de unipolaridade, com os Estados Unidos como superpotência dominante. Mesmo após os ataques de 11 de setembro de 2001 à Nova Iorque e Washington, a confiança na supremacia americana permaneceu intacta, sendo reforçada pela rápida mobilização militar e pela invasão no Afeganistão. O sucesso inicial dos EUA sustentava a crença generalizada de que a melhor descrição da ordem global era a unipolaridade estável liderada pelos americanos. Em 2002, Brooks e Wohlforth afirmaram que “se a primazia dos

⁶ O Goldman Sachs é uma das maiores e mais influentes instituições financeiras do mundo. Fundada em 1869, é um banco de investimento global que oferece serviços como consultoria financeira para fusões, aquisições e emissões de ações; gestão de ativos e fortunas para investidores e operações em mercados financeiros, como negociações de títulos, ações e derivativos.

EUA hoje não é uma unipolaridade, então nada jamais o será. A única questão que resta para discussão é quanto tempo ela durará”. (Stuenkel, 2017, pag 17)

Ao longo da década, a percepção sobre uma unipolaridade inabalável começou a mudar. Segundo Stuenkel (2017), a liberalização econômica nos mercados emergentes começou a trazer resultados, ocasionando taxas de crescimento consistentemente mais altas do que as do mundo desenvolvido na segunda metade da década. Por outro lado, o poder aparentemente ilimitado dos Estados Unidos parecia estar se esgotando, especialmente em função dos conflitos custosos e potencialmente mal planejados no Iraque e no Afeganistão, além da desafiadora “Guerra ao Terror”. Isso diminuiu a legitimidade dos Estados Unidos e abriu espaço para que os países emergentes conquistassem maior visibilidade.

De acordo com Randal Schweller e Xiayou Pu, 2011, os Estados Unidos “não são mais uma superpotência que lança sua sombra sobre os concorrentes em potencial. O resto do mundo já os está alcançando” (Schweller; Pu, 2011, pag 41 *apud* Stuenkel, 2017, pag 19). Além disso, a China também passou a ser vista como uma nova potência despontando, dado seu grande crescimento econômico e tecnológico.

Nesse novo contexto, marcado por questionamentos sobre uma ordem unipolar, surgiu um consenso sobre a indispensabilidade de países como Brasil, Índia e China nas discussões dos grandes problemas atuais, como mudança climática, estados falidos, redução da pobreza e proliferação nuclear, entre outros. As cúpulas globais não poderiam ser consideradas legítimas sem a participação do Brasil, da Rússia, da Índia e da China. Segundo Stuenkel (2017, pag 20), “a transição do G8 para o G20 é um dos símbolos mais poderosos dessa mudança em direção a uma ordem multipolar. Além de representarem 43,3% da população global e um quarto do território da Terra, os BRICs foram responsáveis por 27,8% do crescimento do PIB mundial em termos nominais (ou 36,6% em PPC) na primeira década do século”.

De acordo com Stuenkel (2017), na década de 1990 também houve a criação, por jornalistas e analistas, de grupos de países de grande extensão territorial, na esperança de crescimento econômico dos mesmos. À época, porém, a unipolaridade parecia ser a característica dominante do sistema global, e poucos esperavam que potências ascendentes como a China e a Índia pudessem ter qualquer papel internacional significativo no futuro próximo. Além da predominância econômica e geopolítica do G7, os países que hoje formam o grupo BRICS tinham diante de si desafios internos severos. Altas taxas de analfabetismo e pobreza na Índia, instabilidade econômica, violência urbana e desigualdade no Brasil, inquietação política crescente na China e turbulências econômicas na Rússia não davam o

menor indício de que esses países estavam prontos para assumir um papel de maior proeminência nos assuntos da economia global. De acordo com Stuenkel:

O grupo dos BRICs acabou, portanto, se tornando um nome conhecido não por ser um conceito novo, mas porque simbolizava, de forma poderosa, uma narrativa que nos anos 1990 parecia distante, mas parecia fazer sentido no meio da década de 2000: uma imensa transferência de poder, dos Estados Unidos e da Europa, para potências emergentes como China, Índia e Brasil. Essa mudança foi ocorrendo com rapidez, deixando o mundo menos ocidentalizado e mais ideologicamente diversificado. A sigla BRICs ao mesmo tempo capturava e ampliava essa mudança da distribuição de poder na ordem global. (Stuenkel, 2017, pág 51)

Apesar do que foi exposto, naquele momento a ordem internacional não fez muitos avanços para se adaptar à nova realidade. As reuniões continuaram centradas no G8 (Estados Unidos, Japão, Alemanha, Canadá, França, Itália, Reino Unido e Rússia), excluindo China, Brasil e Índia. Essa exclusão também se refletia na falta de reformas nas instituições criadas sob o acordo de Bretton Woods. Em 2009, o *The Economist* destacou: “É um absurdo que Brasil, China e Índia tenham 20% menos influência nos fundos do que Holanda, Bélgica e Itália, mesmo tendo economias quatro vezes maiores que as europeias, após ajustes de diferenças de câmbio.” (*The Economist*, 2009)

Em 2003, três potências emergentes estabeleceram o Fórum de Diálogo Índia-Brasil-África do Sul (IBAS), fortalecendo laços durante a Cúpula do G8 em Evian, França. Segundo Stuenkel (2017), embora tenham sido convidados para a Cúpula como observadores, os três países sentiram que o convite era meramente simbólico. Dias depois, representantes dos países se reuniram em Brasília e formalizaram o Fórum com a adoção da Declaração de Brasília. Segundo Celso Amorim, então Ministro das Relações Exteriores do Brasil, quando o IBAS foi institucionalizado: “era hora de começar a reorganizar o mundo na direção que a grande maioria da humanidade espera e necessita” (Stuenkel, 2017, pag 22). Embora o IBAS nunca tenha alcançado a mesma visibilidade internacional que o BRICS, sua criação simbolizou a crescente disposição das potências emergentes em explorar suas semelhanças e áreas de cooperação (Amorim, 2008).

Em Setembro de 2006, às margens da Assembleia Geral da ONU, foi organizada uma reunião na missão brasileira das Nações Unidas em Nova Iorque, organizada pelos ministros do Brasil e da Rússia (Celso Amorim e Sergey Lavrov, respectivamente, os quais eram amigos de longa data já que serviram juntos como diplomatas em Nova Iorque na década de 1990 - o que, segundo Stuenkel (2017), facilitou a organização da reunião). Os ministros abordaram um tema que vinha se consolidando como um fator unificador entre os BRICs: o crescente

descontentamento com a distribuição de poder no FMI e no Banco Mundial, além da resistência do G8 em incluir potências emergentes. Em setembro de 2007, também às margens da Assembleia Geral da ONU, houve outra reunião informal entre os ministros dos quatro países, e nessa mesma ocasião o ministro das relações exteriores da Rússia propôs organizar uma reunião própria para 2008, que foi prontamente aceita por todos (Stuenkel, 2017).

Em maio de 2008, em Ecaterimburgo, Rússia, houve a primeira reunião formal do grupo BRICs. Um mês após o encontro, Celso Amorim comentou em um artigo intitulado "Os BRICs e a reorganização do mundo" que "o encontro fala mais sobre a multipolaridade do que qualquer palavra" (Stuenkel, 2017, pag 31). De acordo com Stuenkel (2017), essa primeira reunião à parte pode ser vista como um momento decisivo, que marca a transformação dos BRICs de uma categoria de investimentos numa entidade política em assuntos globais. Em julho de 2008, durante a Cúpula do G8 no Japão, os ministros dos países fizeram outra reunião. Outras reuniões aconteceram em setembro às margens da Assembleia Geral em Nova Iorque, em Novembro em São Paulo, e ainda em Novembro em Washington (desta vez, o encontro foi entre os ministros das Finanças dos BRICs), às margens da Cúpula do G20.

Segundo Stuenkel (2017), a cooperação intra-BRICs começou de verdade no âmbito das finanças internacionais, como uma resposta ao contexto econômico do momento que foi a crise de *subprime* de 2008, a qual foi uma crise financeira profunda que afligiu os países desenvolvidos. Num contraponto, as potências emergentes passaram por uma relativa estabilidade econômica.

Aumentando o escopo das trocas, em 2009 após a Cúpula do G20 em Londres, os assessores de Segurança Nacional dos países dos BRICs se encontraram pela primeira vez. Os participantes discutiram a possibilidade de unirem forças no combate contra o terrorismo, a migração ilegal e o tráfico de drogas e armas. Esse pode ser considerado o início de uma integração que foge apenas dos temas econômicos, os quais estavam mais em voga dado a crise que o sistema estava passando. Stuenkel (2017) traz o conceito de *spillover*, ou efeitos colaterais, para explicar esse fenômeno. Utilizado pelos pesquisadores de integração regional na Europa, o *spillover* implica que a cooperação política, uma vez iniciada, se estende ao longo do tempo de um modo que não estava necessariamente contido nas intenções iniciais. O *spillover* visto entre as nações dos BRICS era de um tipo mais simples e incipiente do que a integração europeia, ligado aos efeitos da criação de confiança entre burocracias governamentais, as quais, após uma experiência positiva em uma área, decidem cooperar em campos adicionais e não necessariamente relacionados (Stuenkel, 2017). Nessa mesma linha, entende-se que um subproduto natural dos vínculos crescentes intra-BRICS são os laços

bilaterais mais fortes, como por exemplo um acordo de viagens entre o Brasil e a Rússia que prescinde da necessidade de visto, que entrou em vigor em 2010. Facilitar as leis de visto demonstra a boa vontade dos países em fortalecer seus laços (Stuenkel, 2017).

Em comparação com 2008, quando a crise financeira internacional começou, os anos subsequentes não foram notáveis para as potências emergentes. As economias dos Estados Unidos e da Europa começaram a ter uma melhoria em seus resultados - os Estados Unidos, agora mais confiantes e menos sobrecarregados pelos conflitos no Iraque e no Afeganistão, não ofereceram às potências emergentes o mesmo espaço que o grupo BRICS tinha aproveitado em anos anteriores. As taxas de crescimento do Brasil, por exemplo, entre 2011 e 2014 foram baixíssimas, sendo 3,9% em 2011, 1,9% em 2012, 3% em 2013 e apenas 0,5% em 2014. Dessa situação poderia se esperar que as trocas intra BRICs diminuíssem, porém, em contraste, os legisladores dos países do bloco estavam convencidos de que as reuniões do BRICS eram, e ainda são, um meio eficaz para fomentar a cooperação Sul-Sul. (Stuenkel, 2017).

De acordo com Stuenkel (2017), a Rússia era vista como uma potência em declínio, e dentro do BRICS tinha o objetivo de obter parcialmente o status de potência emergente. Enquanto o Brasil, a China e a Índia tinham as características clássicas de mercados emergentes (aumentos na expectativa de vida, crescimento do PIB *per capita* e dos índices de saúde e educação), os indicadores da Rússia não estavam em crescimento. Economicamente, o país ainda era um grande exportador de recursos naturais, o que o deixa vulnerável à abalos externos. A possibilidade de melhorar dramaticamente o status internacional é um dos motivos pelo papel de liderança que a Rússia exibiu nos primeiros encontros dos líderes do grupo BRICs.

Para o Brasil também houve ganhos nessa trajetória. De acordo com Stuenkel (2017), na década de 2000 a narrativa de mudança global costumava ser enfatizada na ascensão da Ásia. Ainda de acordo com Stuenkel (2017, pag 56) “o grupo dos BRICs, portanto, permitiu que o Brasil fosse doravante agrupado junto com a China, a Rússia, e a Índia, todas potências nucleares vistas como pesos pesados geopolíticos em comparação com a maior economia da América do Sul”.

Para a China, a entrada no bloco pode ter sido parte de uma estratégia para posicioná-la como parte de um grupo de potências emergentes, e suavizar sua imagem como único desafiante à hegemonia dos Estados Unidos e à ordem liberal global. Esse também é o motivo pelo qual, pelo menos nesse período inicial de formação do bloco, a China não tentou exercer nenhuma liderança, mesmo tendo um tamanho dominante em relação à seus pares. (Stuenkel, 2017)

Para a Índia, se unir ao grupo BRICS fortaleceu o posicionamento de sua política externa de não alinhamento (que o país teve na Guerra Fria), consolidando relações com países

emergentes que compartilham visões semelhantes sobre o sistema econômico e político global. Além disso, estar num grupo de potências emergentes também intensifica seu papel como líder e potência regional, o que é muito importante para a Índia dada as suas preocupações de segurança internacional e o constante crescimento da China e sua crescente presença militar na Pacífico. De acordo com Panda (2012), o autor constatou três principais razões pela entrada da Índia no grupo, primeiro a busca de um diálogo com os países desenvolvidos, especialmente com a China (sendo esse país um possível parceiro), a segunda razão seria para maximizar os contactos econômicos e políticos a nível inter-regional, e a terceira seria ser parte da ordem emergente para questões globais sem afetar as relações com blocos de poder como os Estados Unidos e a UE.

Em junho de 2009 a Rússia sediou a 1ª Cúpula dos Líderes dos BRICs, em Ecatimburgo. A declaração da cúpula traz a seguinte retórica ‘as economias emergentes e em desenvolvimento devem ter mais voz e representação nas instituições financeiras internacionais’, dando ênfase na reivindicação de que deveria haver um fim para o acordo informal de que são os Estados Unidos e a Europa quem apontam os presidentes do Banco Mundial e do FMI. No joint statement foi declarada a aspiração de que essas posições de liderança fossem escolhidas por meio de ‘um processo de seleção aberto, transparente e meritocrático’. (BRICS, 2009)

A segunda Cúpula dos líderes dos BRICs aconteceu em abril de 2010, em Brasília. Aqui, os representantes exigiram que o G20 substituísse o G8 para todos os assuntos importantes, e que as instituições de Bretton Woods fornecessem às potências emergentes mais poder de voto. Nesse encontro os chefes de Estados concordaram em aumentar a cooperação intra-BRICs, numa tentativa de fortalecer seus vínculos em diferentes níveis de governo e sociedade civil. Os temas foram da criação de um programa de intercâmbio para juizes do BRICs até a institucionalização de encontros regulares entre representantes dos Institutos de Estatísticas, do Ministério da Agricultura e da presidência dos Bancos Nacionais de Desenvolvimento de cada país - esse último, de acordo com Stuenkel (2017), teria criado as bases para a proposta feita pela Índia, dois anos depois, de iniciar uma discussão sobre a criação de um banco de desenvolvimento dos BRICS. (BRICS, 2010)

Em abril de 2011 aconteceu a 3ª Cúpula dos líderes dos BRICs na cidade de Sanya, sul da China. Num gesto significativo de mudanças, nessa Cúpula a África do Sul se juntou ao grupo, alterando o nome de BRIC para BRICS. Segundo Stuenkel (2017), ao convidarem um país que o criador do termo, Jim O’Neill, não havia incluído a princípio, os *policy makers* das potências emergentes assumiram as rédeas do grupo, transformando o BRICS num construto

político, sendo essa uma inovação relevante de governança global. Ainda sobre essa cúpula, um aspecto importante é que, quando da sua realização, os cinco membros do grupo BRICS faziam parte do Conselho de Segurança das Nações Unidas, sendo Rússia e China membros permanentes e com poder de veto, e Brasil, Índia e África do Sul como membros não permanentes com um mandato de dois anos. Apenas um mês antes da Cúpula aconteceu no Conselho uma votação para o uso da força numa intervenção humanitária no Estado da Líbia, com o objetivo de proteger a população civil contra um governo violento; nenhum dos países do BRICS foi contra a Resolução (a África do Sul, inclusive, votou a favor). A declaração final da Cúpula tocou nesse assunto, explorando o tópico de segurança internacional, sendo essa uma novidade para o grupo; nesse momento, o bloco tomou uma guinada decididamente política.

A inclusão da África do Sul no grupo BRICS, no final de 2010, foi uma alteração substancial para o bloco. De acordo com Stuenkel (2017), essa inclusão alterou fundamentalmente a natureza do grupo BRICS e lhe conferiu uma estrutura mais global, com maior capacidade de falar do mundo emergente. Essa ação também enfatizou o comprometimento dos países dos BRICS de fortalecerem sua presença no continente africano, mostrando-os como parceiros da África numa conjuntura de cooperação Sul-Sul.

A África do Sul foi o país que mais se movimentou para a entrada no grupo BRICS. O ministro das relações exteriores do país enviou uma carta ao grupo quando da 1ª Cúpula em 2009, expressando o desejo de entrar no bloco. Em 2010, o então presidente Jacob Zuma visitou os quatro países dos BRICS, num claro esforço de demonstrar o forte interesse do país no bloco. Quando da 2ª Cúpula, o presidente Zuma estava em Brasília para um encontro do grupo IBAS, o que permitiu ao mesmo realizar reuniões bilaterais com todos os líderes dos BRICS. Dois meses depois, o presidente visitou a Índia para se encontrar com Manmohan Singh. Ainda no mesmo ano, o presidente visitou a China com uma delegação de quatrocentos representantes comerciais e ministros, promovendo a inclusão do país no grupo. Durante um discurso em Pequim, ele declarou que a inclusão da África do Sul no bloco “significaria a representação de um continente inteiro com uma população de mais de um bilhão de habitantes”⁷ (China Daily, 2010, tradução nossa). Toda essa jornada demonstra um forte ativismo diplomático da África do Sul, e a sua vontade e ações para entrar no bloco.

Dentre os motivos para escolha da África do Sul pelos países do BRICS, com certeza faz-se importante mencionar o fenômeno da ascensão da África, o que é de grande importância estratégica e geopolítica. Incluir um país africano pode ser visto como um movimento para

⁷ No original: “As no African nation is represented in the group, South Africa's participation in BRIC "would mean that an entire continent that has a population of over 1 billion people is represented," he said.” (China Daily, 2010)

trazer mais legitimidade ao bloco BRICS, ao incluir, de alguma forma, esse continente nos posicionamentos do bloco. E a África do Sul, de acordo com Stuenkel (2017), há muito atua com uma posição de liderança no continente africano. Um diplomata sul africano declarou que “o destino da África do Sul está amarrado ao destino da África” (Stuenkel, 2017, pag 73). Essa declaração demonstra que o país está buscando ativamente uma posição de protagonismo e liderança dentro da sua região. Outro exemplo para essa percepção (de liderança regional sul africana), é que a candidatura do país a um assento no Conselho de Segurança da ONU contou com o apoio explícito da União Africana UA. Por isso que, mesmo que a Nigéria tenha superado a economia da África do Sul, esse país ainda detém uma liderança e um grande ativismo regional, o que colaborou na escolha desse país para entrada no bloco.

Um outro motivo que influenciou essa movimentação, segundo Stuenkel (2017), é que os posicionamentos de política externa desse país estavam alinhados, em sua maioria, aos dos países do bloco, o que representava pouco risco à coesão do mesmo. Além do já mencionado grupo IBAS, que reafirma ligações já existentes entre Índia, Brasil e África do Sul, dentro do contexto do COP - Conferência das Nações Unidas para o Clima criou-se o grupo BASIC - Brasil, China, Índia e África do Sul. Em 2007, na Conferência de Bali, essas nações começaram a se encontrar para trabalharem juntas dentro dessas negociações, coordenando seus posicionamentos. Em 2009, para a Conferência de Copenhague, essa aliança se fortaleceu, com os diplomatas dos países ativamente trabalhando por um período de tempo mais estendido. Dentro dessa conjuntura, segundo Stuenkel (2017, pag 76) “a África do Sul, portanto, acabou se revelando uma escolha muito mais natural, que envolvia menos riscos de reduzir a capacidade do grupo de desenvolver posicionamentos em conjunto em fóruns multilaterais”. Ainda de acordo com Stuenkel (2017, pag 77), a escolha da África do Sul ao invés de outros países com economias mais significativas, e também considerados emergentes, como a Nigéria, a Indonésia, a Turquia ou o México, “mostra que a plataforma BRICS hoje é muito mais do que um grupo de grandes países com altas taxas de crescimento: sua preocupação é com posicionamentos para políticas e ideias em comum, e o histórico da África do Sul demonstra sua compatibilidade com o grupo dos BRICS”.

Dentre as críticas que o bloco recebe, um dos principais argumentos é que a cooperação entre os países não daria resultados dado que seus regimes políticos são muito diferentes, tendo a China e a Rússia governos autoritários, enquanto a Índia, Brasil e a África do Sul são grandes democracias. Stuenkel (2017) considera que seria de se esperar que os dois regimes não democráticos dificultasse a cooperação intra bloco, porém, ao contrário disso, na realidade há sim muita cooperação em diversas áreas. Alguns exemplos de áreas de cooperação são:

desenvolvimento e finanças, saúde, administração tributária, estatísticas, segurança nacional, agricultura, judiciário, academia, ciência e tecnologia, comércio, entre outros. As reuniões e fóruns sobre esses diversos temas normalmente acontecem concomitantemente às cúpulas dos líderes das nações. Normalmente se considera que os países criaram o bloco com objetivos externos, para alinharem questões geopolíticas e numa tentativa de questionar as estruturas de governança estabelecidas no cenário internacional, porém, segundo Stuenkel (2017), essa cooperação interna é outro ganho que os países têm ao manter e fortalecer o grupo.

Foi durante a 4a Cúpula dos BRICS em Nova Déli, Índia, 2012, que os líderes pela primeira vez declararam que estudariam a viabilidade de um Banco de Desenvolvimento dos BRICS. Na mesma cúpula, se discutiu questões de geopolítica como a crise na Síria, crise econômica e os desafios internos, educação e saúde (BRICS, 2012).

A 5a Cúpula dos BRICS foi sediada em Durban, África do Sul, em 2013. Aqui, novamente foram discutidas questões de segurança, notoriamente a crise da Síria. Além disso, os países também discutiram o interesse pela reforma das estruturas de governança global, para uma que refletisse melhor a atualidade, com maior participação e voz aos países emergentes - notoriamente, do BRICS. O tema da cúpula foi “O BRICS e a África: Parceria pelo Desenvolvimento, Integração e Industrialização”, e uma diferença dessa cúpula foi a criação de um evento para entrar em contato com os países da região anfitriã, que contou com a presença de 14 líderes africanos, incluindo a presidente da União Africana. Esse movimento deu ênfase à ascensão da África no cenário internacional (BRICS, 2013).

A 6a Cúpula aconteceu em 2014, em Fortaleza, Brasil. Nesse encontro, se oficializou a criação do Banco de Desenvolvimento dos BRICS e do Arranjo Contingente de Reservas. Essas instituições deram uma nova dimensão ao grupo, mostrando que os países chegaram a acordos sobre questões relevantes, mesmo sendo tão díspares entre si (BRICS, 2014).

O Acordo de Reservas de Contingência é um mecanismo financeiro para fornecer apoio mútuo em casos de crises de liquidez, como flutuações cambiais ou pressões financeiras, sendo basicamente um fundo de reservas, o qual os países podem utilizar através de saques temporários, com o objetivo de estabilização da economia. O valor de aporte total foi de US\$100 bilhões, sendo que cada país do grupo contribuiu de forma proporcional à sua economia. O valor de aporte não variou desde 2014, e as reservas tampouco foram usadas até então, mas a criação do mesmo, de qualquer forma, demonstra no mínimo uma vontade dos países de aumentar as trocas e de institucionalizar o grupo (University of Toronto, 2014).

Outro possível benefício advindo da criação do Banco, assim como do Arranjo Contingente de Reservas, poderia ser o fortalecimento da relação entre os Bancos Centrais,

bancos nacionais de desenvolvimento e dos Ministérios das Finanças dos países do BRICS. De acordo com Stuenkel (2017), isso poderia se dar não apenas entre os países, mas também entre sociedades que pouco se conhecem, como por exemplo a expectativa de estudantes dessas nações irem à Xangai – China, estudar sobre o banco, o que poderia desenvolver uma plataforma para gerar e promover conhecimento sobre desenvolvimento.

Uma leitura do então sucesso dos BRICS baseia-se como resultado de uma constelação econômica ímpar quando do começo do bloco - um centro enfraquecido, dada a crise econômica internacional de 2008, e uma periferia próspera que, numa atitude chave, forneceu mais fundos ao FMI – ação essa que permitiu que os países do BRICS se posicionassem como os novos pilares de estabilidade da economia mundial. Foi esse o impulso que, em alguma medida, transformou o Brasil, a Rússia, a China e a Índia em representantes do mundo emergente. De acordo com Stuenkel (2017), o grupo dos BRICS teve sucesso não devido a projetos específicos elaborados em conjunto por seus membros, mas porque representava uma narrativa forte que refletia as dinâmicas econômicas e políticas globais no final da década de 2000. Uma significativa transferência de poder estava ocorrendo, movendo-se das mãos dos EUA e da Europa para potências emergentes como China, Índia e Brasil, tornando o mundo um pouco menos ocidental e mais diversificado ideologicamente.

3.5 CRIAÇÃO DO NOVO BANCO DE DESENVOLVIMENTO

Na 4ª Cúpula do BRICS em Nova Délhi, Índia, 2012, os líderes decidiram estudar a possibilidade de um banco de desenvolvimento administrado conjuntamente pelas nações do grupo. No ano seguinte, um grupo de formuladores de políticas dos Ministérios das Finanças e das Relações Exteriores de cada país reuniu-se algumas vezes, e elaborou um relatório de visibilidade apresentado durante a 5ª cúpula do BRICS. A nova instituição visaria “mobilizar recursos para projetos de infraestrutura e desenvolvimento sustentável em países em desenvolvimento e economias emergentes do BRICS e outros”⁸ (BRICS, 2013, tradução nossa). De acordo com Stuenkel (2017), isso faz do banco o primeiro grande financiador multilateral desde o Banco Europeu para a Reconstrução e o Desenvolvimento em 1991.

Segundo a declaração da Cúpula de Fortaleza, em 2014, foi estabelecido que o banco iria então ter capital inicial autorizado de US\$100 bilhões, com capital inicial subscrito de

⁸ No original: “Bank for mobilizing resources for infrastructure and sustainable development projects in BRICS and other emerging economies and developing countries, to supplement the existing efforts of multilateral and regional financial institutions for global growth and development” (BRICS, 2013)

US\$50 bilhões, divididos igualmente entre os membros fundadores; também que o Banco teria sua sede em Xangai, e que os ministros das Finanças iriam definir as modalidades para sua operacionalização. Essa é oficialmente a cúpula - e o ano - de criação do Novo Banco de Desenvolvimento (BRICS, 2014).

A reunião inaugural do Conselho de Governadores aconteceu em julho de 2015. Nessa reunião estavam presentes Kundapur Vaman Kamath, indicado como primeiro presidente do banco, assim como Lou Jiwei, então ministro das finanças da China; o senhor Jiwei então deu uma declaração dizendo que “desenvolvimento é um processo dinâmico. Não há, de fato, algo como ‘melhores práticas’”⁹ (tradução nossa). O senhor Kamath também fez declarações na mesma linha, prometendo que iria mover o banco “das melhores práticas para as próximas práticas”, adicionando que tradicionalmente empréstimos para desenvolvimento eram “muito rígidos, inflexíveis e lentos”¹⁰ (Financial Times, 2015, tradução nossa). Nessas declarações entende-se a vontade dos *stakeholders* de fazer do NBD um banco mais dinâmico, num contraponto às instituições ocidentais hegemônicas como Banco Mundial e FMI.

Em 2016 o banco se tornou oficialmente operacional, já que recebeu a primeira parcela do capital dos seus cinco membros fundadores (NBD, 2024)

Em 2017 a estratégia geral para o período de 2017-2021 foi aprovada pelo Conselho de Governadores; além disso, nesse ano também foi aberto o primeiro escritório regional em Joanesburgo, África do Sul (NBD, 2024).

Em 2018 o banco recebeu a classificação de risco AA+ das agências de classificação de crédito S & P Global e Fitch Ratings; a classificação AA+ é uma das mais altas, indicando um risco de crédito muito baixo e um alto grau de segurança para os investidores. Com essa classificação, o banco conseguiu melhores condições de acesso aos mercados financeiros globais, permitindo a emissão de títulos com taxas de juros mais favoráveis. Isso ampliou sua capacidade de captar recursos para financiar projetos de infraestrutura e desenvolvimento sustentável nos países membros (NBD, 2024).

Em 2019 se estabeleceram um escritório regional em São Paulo, e um sub escritório em Brasília. Adicionalmente, nesse mesmo ano o banco aprovou empréstimos em outras moedas além do dólar, como o euro, o yuan chinês, rand sul-africano e o franco suíço (NBD, 2024).

⁹ No original: “Development is a dynamic process. There's really no such thing as so-called 'best practices'” (FINANCIAL TIMES 2015)

¹⁰ No original: “Mr Kamath pledged to move the bank “from best practices to next practices”, adding that traditional development lending was often “too rigid, inflexible, and slow”.” (FINANCIAL TIMES, 2015)

Em 2020 o banco destinou um total de US\$10 bilhões como resposta para a pandemia do COVID 19, apoiando medidas de recuperação para seus países membros. Ainda nesse ano, o banco estabeleceu um centro regional em Moscou, Rússia (NBD, 2024).

Em 2021 o conselho de governadores aprovou a admissão de Bangladesh, Emirados Árabes Unidos, Egito e Uruguai no banco, o que anunciou um caminho de expansão do banco como uma instituição multilateral global. Esse fato é muito significativo à história do NDB, mostrando a credibilidade que o banco tem com outros países do Sul global. O banco também moveu suas operações com uma sede definitiva em Xangai, China (NBD, 2024).

Em 2022 se estabeleceu mais um centro regional em Gujarat, Índia. O conselho de governadores também aprovou a estratégia geral para o período 2022-2026 (NBD, 2024).

Até o momento, o banco contou com três presidentes. O primeiro foi o indiano Kundapur Vaman Kamath, assumindo o cargo em 2015 e liderando a instituição até 2020. Em 2020 Marco Troyjo, do Brasil, assumiu inicialmente também com o mandato de 5 anos, porém, em 2023, devido às mudanças políticas no governo brasileiro (particularmente a eleição de Luiz Inácio Lula da Silva), foi nomeada Dilma Rousseff para o cargo, o qual ocupará até 2025 (NBD, 2024).

De acordo com o site oficial, numa descrição geral o banco se define como uma instituição que trabalha de forma próxima com os países membros, alavancando capital com objetivo de desenvolvimento para acelerar o crescimento econômico, bem como para alcançar a sustentabilidade ambiental e social para melhorar a vida das pessoas nos países membros. Isso se dá através de investimento em infraestrutura, atuando como um catalisador para preencher a lacuna entre a disponibilidade de recursos financeiros e as crescentes necessidades de membros fundadores e países emergentes. Além disso, o banco tem um grande foco em sustentabilidade, declarando que busca garantir que todos os projetos financiados sejam implementados de forma sustentável e que seus impactos ESG - Sustentabilidade Ambiental e Social (Environmental & Social Sustainability, na sigla em inglês) sejam avaliados, minimizados e mitigados durante a implementação do projeto. (NBD, 2024).

Abrangendo seu fundamento de sustentabilidade, de acordo com o site oficial, o banco se posiciona como alinhado aos compromissos feitos dentro dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, sendo esses um conjunto de 17 objetivos globais estabelecidos pela ONU em 2015, com a intenção de promover o bem-estar social, a inclusão, a equidade e a proteção do meio ambiente até 2030. Esses objetivos cobrem áreas como a erradicação da pobreza, a educação de qualidade, a igualdade de gênero, a ação climática e a paz, entre outros. Além disso, o banco também se posiciona alinhado com o Acordo de Paris, adotado em 2015 sob a Convenção das

Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (UNFCCC), o qual visa limitar o aquecimento global a menos de 2°C, preferencialmente a 1,5°C, em comparação aos níveis pré-industriais; o mesmo exige que os países reduzam as emissões de gases de efeito estufa, com cada nação determinando suas próprias metas (NBD, 2024).

Em 2016 o banco começou a realizar encontros anuais, encontros os quais tem acontecido desde então para discutir políticas, estratégias e a viabilidade de projetos voltados para o desenvolvimento sustentável e infraestrutura, além de ter o objetivo de monitorar o progresso das operações, aprovar novos financiamentos e alinhar suas diretrizes com as necessidades dos países membros e objetivos globais (NBD, 2024).

Na ocasião do primeiro encontro, em julho de 2016, em sua sede em Xangai, China, o então presidente do NBD, o senhor Kamath fez uma declaração sublinhando as ações e a rapidez das operações do banco, segundo ele: “nesse primeiro ano nós colocamos em prática nossas principais políticas e processos operacionais. O conselho aprovou a primeira rodada de projetos com um compromisso total de US\$911 milhões, cobrindo os cinco países-membros. Todos esses projetos são da área de energia renovável e através da nossa primeira rodada de empréstimo o banco começou o processo de estabelecer suas credenciais como uma instituição que apoia infraestrutura verde e sustentável”¹¹ (NDB, 2016a, tradução nossa)

O segundo encontro do banco se deu em abril de 2017, em Nova Delhi, Índia, nesse momento o presidente do banco fez observações sobre como a tecnologia estava impactando o futuro da energia renovável, sendo esse o principal tema do encontro (NDB, 2017a).

O terceiro encontro aconteceu em Xangai, China, em maio de 2018, e foi composto por representantes incluindo ministros, representantes de instituições de desenvolvimento multinacionais e líderes de negócios dos países do grupo BRICS; o encontro revelou atualizações importantes sobre desenvolvimento apoiado por tecnologia (NDB, 2018a).

O quarto encontro anual aconteceu em abril de 2019, em Cape Town, África do Sul. Este encontro marcou o compromisso do banco em mobilizar recursos além dos países BRICS e explorar oportunidades em mercados emergentes em todo o mundo, especialmente na África (NDB, 2019a).

O quinto encontro anual se deu em abril de 2020, dessa vez de forma virtual dada a realidade da pandemia do COVID 19, o tema central aqui foi a resposta do banco à crise global de saúde, notadamente voltada para mitigar os impactos da pandemia. Durante esta reunião, o

¹¹ No original: “In his speech, the Vice Premier of China Mr. Zhang Gaoli also stressed the importance of strengthening interconnectivity between members of the Bank and cooperation with other multilateral development banks.” (NBD, 2016a).

banco aprovou US\$10 bilhões em empréstimos de assistência emergencial para países-membros para ajudar a financiar iniciativas de assistência médica, estabilização econômica e recuperação (NDB, 2020).

O sexto encontro anual aconteceu em março de 2021, e também se deu de forma virtual, com o tema “Novos Paradigmas de Desenvolvimento: A Evolução da Infraestrutura” (NDB, 2021).

O sétimo encontro aconteceu em maio de 2022, também de forma virtual, sendo organizado pela Índia, com o tema “Otimizando o Impacto do Desenvolvimento”, enfatizando o papel do banco na promoção do desenvolvimento em meio aos desafios econômicos globais (NBD, 2022).

A oitava reunião ocorreu em sua sede em Xangai, China, em maio de 2023, o tema foi "Moldando uma Nova Era para o Desenvolvimento Global", com foco na expansão do papel do banco no apoio ao crescimento sustentável e inclusivo entre as nações-membro e além (NBD, 2023).

A nona Reunião ocorreu na Cidade do Cabo, África do Sul, em agosto de 2024, seu tema foi "Investindo em um Futuro Sustentável", o encontro refletiu o compromisso do banco em abordar os desafios do desenvolvimento sustentável e da infraestrutura em economias emergentes (NBD, 2024).

Carvalho (2018), analisa que o grupo BRICS não é uma organização internacional, pois não tem personalidade jurídica própria e tampouco tem uma estrutura institucional permanente - as reuniões e as cúpulas são responsabilidades do país que exerce a presidência rotativa do ano em questão. Num contraponto, se o BRICS não é uma organização internacional, o NBD é, e sua criação provou que seus países fundadores poderiam criar iniciativas concretas e significativas para o sistema internacional.

4 - NOVO BANCO DE DESENVOLVIMENTO: SEUS OBJETIVOS ALCANÇADOS E NÃO ALCANÇADOS ATÉ O PRESENTE MOMENTO

Este capítulo apresentará os últimos elementos deste trabalho acadêmico. A primeira seção enfoca-se no funcionamento do Banco, os vários projetos aprovados em menos de uma década de existência, e a celeridade com que a operação se colocou em movimento. Aqui é realizado uma análise ano a ano dos projetos aprovados pelo NBD, mostrando o crescimento e a constância do trabalho da instituição.

A segunda seção trará o debate sobre o papel que o Novo Banco de Desenvolvimento tem no cenário internacional, no questionamento de se a sua criação por cinco potências emergentes - as quais abertamente clamam por mudanças nas formas de governanças de organismos internacionais atuais, buscando terem um papel mais relevante e de destaque - tinha o objetivo de mudar o regime existente, ou de apenas colocar esses países membros num melhor posicionamento e configuração dentro do regime existente. Para isso, será mostrado a opinião de vários autores sobre o tema, numa abordagem de pesquisa bibliográfica, a qual tem o objetivo de reunir, analisar e interpretar as publicações sobre o tema.

A última seção do trabalho retoma o FMI e o Banco Mundial, sendo essas as instituições ainda mais influentes na atual ordem econômica, expondo as críticas que as mesmas recebem para realizarem uma reforma, com o objetivo de refletirem melhor o cenário atual e oferecerem mais espaço e importância aos países emergentes e em desenvolvimento.

4.1 NOVO BANCO DE DESENVOLVIMENTO E SEU FUNCIONAMENTO

De acordo com o site oficial do NBD, o mesmo se define como um banco de desenvolvimento multilateral estabelecido por Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul (BRICS), com o propósito de mobilizar recursos para projetos de infraestrutura e desenvolvimento sustentável em países emergentes e em desenvolvimento (NDB, 2023a).

O NDB tem um capital inicial autorizado de US\$100 bilhões, dividido em um milhão de ações com valor nominal de cem mil dólares cada. Os membros fundadores do NDB fizeram uma subscrição inicial de quinhentas mil ações totalizando US\$50 bilhões, que incluem cem mil ações correspondentes a um capital integralizado de US\$10 bilhões e quatrocentas mil ações correspondentes a um capital exigível de US\$40 bilhões (NDB, 2024a).

Entre os cinco membros fundadores, cada um tem, igualmente, 100.000 ações subscritas, numa percentagem de 18,98% cada um. O Egito tem 11.960 ações subscritas, totalizando 2,27% das ações, Bangladesh tem 9.420 ações, representando 1,79% e Emirados Árabes Unidos tem 5.560 ações, representando 1,06% das ações (NDB, 2024a).

Na sua estrutura, o NBD conta com um conselho de governadores, sendo esse conselho a maior autoridade nos processos decisórios, o qual consiste em um governador no nível ministerial e um suplente nomeado por cada país membro. O NBD também conta com um conselho de administração, o qual é responsável pelas operações gerais do banco e exerce todos os poderes que lhe são delegados pelo conselho de governadores. O NBD ainda conta com um comitê de auditoria, risco e compliance, e um comitê de orçamento, recursos humanos e

remuneração. Além da presidência, o banco conta com uma vice-presidência para operações, vice-presidência para finanças, vice-presidência para estratégia e risco e vice-presidência para administração. Ademais, o NBD tem 21 departamentos liderados por diretores gerais e 24 divisões de diversas áreas como secretariado, auditoria interna, jurídico e escritório do presidente (NDB, 2024a).

O NBD segue uma prática comum entre bancos de desenvolvimento que é o conceito de co-financiamento e contrapartida, isso significa que o projeto precisa ter outras fontes de financiamento (públicas ou privadas, ou inclusive de outros bancos de desenvolvimento) para completar o montante necessário. De qualquer forma, as condições do empréstimo, como as taxas de juros, prazos e modalidades de pagamento, costumam ser mais vantajosas que bancos comerciais, pois sua missão é focada no desenvolvimento sustentável - e não no lucro via juros (NDB, 2024a).

De acordo com o site oficial, com dados até dezembro de 2022, até esse momento tinham sido aprovados US\$32,8 bilhões para projetos, contando com 96 projetos aprovados até então. Para apenas sete anos de funcionamento, esses números são bem substanciais, mostrando que os *stakeholders* querem agir com eficiência e sem morosidade (característica essa que é normalmente dada às instituições ocidentais) (NDB, 2023a).

Os projetos escolhidos para receberem financiamento devem ter em sua base o objetivo de melhoria de infraestrutura com qualidade sustentável, que agreguem para uma recuperação verde e cultivem um crescimento econômico equilibrado e inclusivo (site oficial). Os projetos são divididos entre os seguintes campos: energia limpa e energia eficiente, infraestrutura para transporte, água e saneamento, proteção ambiental, infraestrutura social e infraestrutura digital. Em 2019, numa resposta à pandemia do COVID 19, o NBD também abraçou projetos voltados à assistência emergencial para os cinco países membros do banco (NDB, 2023a).

O NBD teve seus primeiros projetos com aprovação de financiamento em abril de 2016, tendo sete projetos aprovados neste primeiro ano, sendo dois projetos para Índia (nas áreas de energia limpa e transporte), dois para a China, um para o Brasil, um para África do Sul e um para Rússia (estes últimos todos na área de energia limpa e eficiente). Neste ano, o maior projeto aprovado foi para a Índia, chamado de Madhya Pradesh Major District Roads Project - Projeto de Estradas Distritais Principais para o Estado de Madhya Pradesh, que é o segundo maior do país. O projeto se encaixa na área de infraestrutura de transporte. O custo total do projeto foi de cerca de USD 463,55 milhões; o NDB financiou USD 327,73 milhões, cerca de 71% do custo total, o restante - USD 135,82 milhões - foi financiado pelo Governo de Madhya Pradesh. O projeto apoiou a atualização de cerca de 1.543 km de estradas distritais principais para faixas

de largura intermediária, com faixa de rodagem de 5,5 m de largura, acesso para todas as condições climáticas, sinalização adequada, faixas de pedestres e outros recursos de segurança viária. O projeto já foi finalizado (NDB, 2016b).

Em 2017 o banco aprovou quatro projetos, e dois foram cancelados depois. Dos aprovados, um foi da China na área de proteção ambiental, um para a Rússia na área de infraestrutura social, e dois projetos para a Índia nas áreas de água e saneamento. Neste ano, o maior projeto aprovado foi para a Rússia, chamado Projeto de Apoio ao Sistema Judiciário. O custo total do Projeto é estimado em USD 601,2 milhões; o NDB financiou o valor de USD 460,0 milhões, sendo 76,5% do custo total, as outras duas fontes de financiamento são o financiamento federal de USD 54,5 milhões e o financiamento da Cidade de Moscou de USD 86,7 milhões. O objetivo foi melhorar a proteção judicial de direitos e interesses legítimos de cidadãos e organizações por meio do desenvolvimento de infraestrutura judicial e implementação de tecnologias de informação e comunicação (NDB, 2017b).

Em 2018 foram aprovados dezesseis projetos, enquanto dois foram cancelados posteriormente. Dentre os dezesseis, três foram do Brasil, quatro da Índia, quatro da China, três da Rússia e dois da África do Sul. O projeto com maior valor emprestado nesse ano foi para China, para o aeroporto de Hohhot. O custo total do projeto foi estimado em RMB 22 bilhões (aproximadamente USD 3.042.120.400), o NDB emprestou RMB 4,2 bilhões, sendo 19% do total; o saldo restante será financiado por empréstimos de RMB 6.777 milhões de bancos comerciais e RMB 10.977 milhões de fundos de capital privado. A construção do novo aeroporto na cidade de Hohhot tem o objetivo de atender à crescente demanda de tráfego aéreo e apoiar o desenvolvimento socioeconômico da região (NDB, 2018b).

Em 2019 vinte e um projetos foram aprovados, e três foram cancelados posteriormente. Dos projetos aprovados três são do Brasil, seis da China, seis da Índia, dois da Rússia e quatro da África do Sul. Dentre os projetos deste ano, o com o maior valor emprestado foi o projeto do setor rodoviário de Andhra Pradesh, um estado indiano. O objetivo aqui foi melhorar a conectividade com os centros socioeconômicos, aumentar a eficiência do transporte e fortalecer a segurança viária para os usuários das estradas, impactando assim positivamente o desenvolvimento socioeconômico do estado. O custo total foi estimado em USD 924 milhões, o NDB financiou USD 646 milhões ou 70% do custo total, o saldo restante seria financiado pelo governo de Andhra Pradesh (NDB, 2019b).

Em 2020 vinte e três projetos foram aprovados, um ainda está em análise e dois foram cancelados posteriormente. Dentre os projetos aprovados, oito foram do Brasil, três da China, cinco da Índia, cinco da Rússia e dois da África do Sul. Nesse ano foram realizados seis

empréstimos no valor de USD 1 bilhão cada como Programa Emergencial de Apoio à Resposta à COVID-19, sendo dois empréstimos para Índia, dois para o Brasil, um para a China e um para a África do Sul. Esses empréstimos tiveram como objetivo o financiamento de transferências de renda de programas governamentais de redes de segurança social, não causou impactos ambientais e sociais negativos e trouxe impactos sociais positivos devido ao benefício de auxílio emergencial de renda diretamente à população vulnerável, como trabalhadores informais, autônomos, desempregados e suas famílias (NDB, 2023a).

Em 2021 dezenove projetos foram aprovados, dois cancelados e um ainda está em análise. Dos dezenove projetos aprovados, três foram do Brasil, oito da China, cinco da Índia, dois da Rússia e um da África do Sul. Nesse ano, assim como no ano anterior, três projetos foram aprovados com valor de USD 1 bilhão cada como Programa Emergencial de Apoio à Resposta à COVID-19, abrangendo a Rússia, África do Sul e China (NDB, 2023b).

Em 2022 a princípio dezesseis projetos foram aprovados, dois ainda estão em análise e um foi cancelado. Desses dezesseis projetos aprovados, cinco foram do Brasil, cinco da China, quatro da Índia e dois da África do Sul. Neste ano, o maior empréstimo aprovado foi para um projeto da África do Sul, para melhoria do setor ferroviário de carga. O valor (aproximadamente USD 1 bilhão) foi emprestado para uma empresa chamada Transnet, uma empresa totalmente estatal do governo da África do Sul, a qual é guardiã de portos, ferrovias e oleodutos no país. As atividades sob o programa incluem renovação e reabilitação da infraestrutura da rede ferroviária, revisão de locomotivas e renovação da frota de vagões; o projeto tem o objetivo de restaurar a capacidade de atender à demanda de tráfego da África do Sul (NDB, 2024a).

Em 2023 onze projetos foram aprovados, e sete ainda estão em processo de análise. Dos onze projetos aprovados até então, quatro são do Brasil, três da China e quatro da Índia. Pela primeira vez na história do banco, em 2023 houveram duas propostas de projetos para Bangladesh, as quais ainda estão em análise. Um projeto é da área de proteção ambiental. O empréstimo orçado em USD 100 milhões é para a construção uma usina de energia de resíduos para a cidade de Dhaka, capital do país; dado o crescimento econômico e populacional de Dhaka, a cidade é considerada uma das mais poluídas do mundo. No momento, a forma de descarte de resíduos é armazenamento à céu aberto ou aterros, causando poluição severa, além disso, por causa da falta de terrenos perto da cidade, não existe a possibilidade de construção de novos aterros. Por esses motivos fez-se necessário o projeto de construção da primeira usina de incineração de resíduos e geração de energia (através dos mesmos) no país (NDB, 2023c). O segundo projeto é da área de água e saneamento, também para a capital do país. O empréstimo no valor de USD 320 milhões será destinado para construção e reabilitação na infraestrutura de

distribuição de água na cidade de Dhaka, e para estudos de viabilidade e projetos de engenharia para o desenvolvimento de sistemas de esgoto na área (NDB, 2023d).

Em 2024, até o momento, seis projetos foram aprovados, enquanto dezesseis estão em análise. Dentre os aprovados, três projetos são do Brasil, um da Índia, um da China e um da África do Sul. Neste ano, pela primeira vez, houveram dois projetos propostos pelo Egito. A primeira proposta, no valor de USD 200 milhões, tem como objetivo financiar projetos de infraestrutura e desenvolvimento sustentável para energia limpa e eficiência energética, infraestrutura de transporte, água e saneamento e infraestrutura digital (NDB, 2024b). A segunda proposta se enquadra na área de energia limpa e eficiente; tendo valor de USD 100 milhões, o projeto envolve a construção de um parque eólico na região do Golfo de Suez, e tem o objetivo de apoiar a transição energética do Egito por meio da expansão da capacidade de fontes de energia renováveis, ou seja, eólica (NDB, 2024c).

A história do NBD até agora demonstra como a organização do banco, sua estruturação e início das operações aconteceu de forma ágil e efetiva, mostrando como países emergentes, do sul global, são capazes de criar uma instituição com objetivo de desenvolver outros países também emergentes. Dado que o banco foi oficialmente criado em 2014, contando agora com apenas dez anos de existência, é inegável que os objetivos quando da sua criação, num sentido prático, de real organização e funcionamento do banco, assim como ajuda e apoio ao desenvolvimento de países emergentes, foram alcançados.

4.2 O ESTABELECIMENTO DO NOVO BANCO DE DESENVOLVIMENTO E SUA CONSEQUÊNCIA NO CENÁRIO INTERNACIONAL

Quando analisando o banco e os objetivos do mesmo, Stuenkel (2017), questiona se o novo banco realmente desenvolverá paradigmas de empréstimos e funcionamento diferentes daqueles criados pelo Banco Mundial e por outros bancos bem estabelecidos, trazendo o ponto de que, numa tentativa de modernizar o jogo político internacional, o banco tentaria evitar as condicionalidades que vêm junto com os empréstimos das estruturas financeiras dominantes, como o Banco Mundial e o FMI.

Ainda examinando os objetivos reais dos países do BRICS para criação do NBD, Stuenkel (2017, pag 182) analisa que: “os membros do grupo BRICS não buscam suplantam a ordem global; em vez disso, eles procuram reformar as estruturas existentes ou criar outras complementares. Nenhuma das propostas do grupo questiona as regras e normas básicas que sustentam a ordem global de hoje, e a legitimidade de instituições-chave, como o Conselho de

Segurança da ONU não é questionado”. Complementando essa ideia, o autor declara que vê a criação do banco como uma reação natural das potências emergentes a uma ordem que ou não pode, ou não quer incluí-los adequadamente. De acordo com Stuenkel:

Por mais que o site do NBD afirme que o Banco opera como uma alternativa às opções já existentes e dominadas pela influência dos EUA, o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional, seria equivocado chamar os países do BRICS de revisionistas. Muito pelo contrário, o lançamento do NBD sublinha a disposição do BRICS em ajudar a consertar um sistema que não mais atende às demandas existentes. Apenas quem enxerga a liderança norte-americana, e não as normas e a funcionalidade do sistema, como o elemento decisivo da ordem de hoje chamará o BRICS de revisionista. (Stuenkel, 2017, pág 167)

As autoras Prado e Salles (2014), analisaram o movimento de criação do NBD como relevante principalmente pelo fato de ser um banco multilateral/global, dado que bancos regionais de desenvolvimento já haviam sido criados em outros momentos, como por exemplo o Banco Interamericano de Desenvolvimento (IDB na sigla em inglês), ou a Corporação Andina de Fomento (CAF). Essas duas instituições têm uma jurisdição limitada, sendo elas regionais. Nessa ótica, as autoras trouxeram o ponto de que, por serem um banco de desenvolvimento com viés mundial, à princípio isso poderia ser visto como uma ameaça ao Banco Mundial. Ademais, o fato de os países fundadores do NBD serem economias emergentes, as quais estavam mudando seu papel de países receptores para provedores de desenvolvimento financeiro, se mostra um movimento significativo no sistema internacional.

Asuelime (2018) pondera que a criação do NBD foi a argamassa que faltava para vincular os países do BRICS, adicionando que “o grupo BRICS, desde o seu início, não tinha a argamassa para uni-los e impulsionar a sua cooperação para além das suas declarações e planos de ação normalmente retóricos.” Nesse sentido, a criação do NBD, assim como do ACR, pode ser vista como o início de uma cooperação financeira institucionalizada.

De acordo com Nicolini, Gabriel e Carvalho (2015), os autores trazem o questionamento de se a criação do NDB, assim como do ACR, poderia ou não ser vista como instrumento para estimular a revisão da formatação do sistema internacional; porém os autores acreditam que “suas reivindicações não são de uma revisão da ordem mundial, inclusive por não estar disposta a arcar com todos os custos de ser *paymaster*, mas sim de maior compartilhamento das tomadas de decisão internacionais” (Nicolini Gabriel E Carvalho, 2015, pag 64). Os autores analisam que a criação desses instrumentos tinha o objetivo de contrabalançar a falta de representatividade do Sul global nas instituições de Bretton Woods, buscando apenas complementá-las.

Ainda no artigo de Nicolini Gabriel e Carvalho, eles mencionam o trabalho de Viswanathan, o qual, falando sobre a criação do NBD e do CRA, declarou que: “ambas as instituições foram concebidas como instalações adicionais que complementam o Banco Mundial e o FMI, e não para substituí-la”¹² (Viswanathan, 2015, p. 39 apud Nicolini Gabriel; Carvalho 2015, tradução nossa).

Borges et al. (2021), acreditam que o NBD representa uma alternativa ao Banco Mundial, pois proporcionaria aos países do BRICS a capacidade de atuar com agilidade e seguindo critérios diferentes do polo hegemônico central do G7, os quais dominam essas instituições. Os autores acreditam que o banco tem potencial para servir de exemplo para alterações e transformações em outros organismos internacionais. Porém, eles adicionam que “O NBD não reflete o prelúdio para um afastamento de tais instituições, mas representa uma alternativa” (Borges et al, 2021, pag 203).

No mesmo artigo é mencionado o trabalho de Ramos et al., na qual os autores apontam que nas cúpulas dos BRICS houve um diálogo constante, e não opositor, às instituições internacionais existentes. Os autores complementam: “Em termos políticos, a agenda dos BRICS não é uma de confrontação, mas ao contrário, solicitando ‘um lugar na mesa’ com os poderes ocidentais, para ganhar uma maior voz e maior participação com as instituições existentes”¹³ (Ramos et al., 2018, p. 10 – 11 apud Borges et al. 2021, tradução nossa). Sobre a relação entre o BRICS e a ordem mundial, os autores argumentam que “por um lado, há uma agenda reformista no BRICS, uma crítica à ordem mundial atual e os ajustes feitos desde o final da Segunda Guerra Fria, por outro lado, é essencial perceber que esses países estão integrados à ordem mundial e seu processo 'emergente' está intimamente ligado aos processos neoliberais da globalização nos últimos vinte anos” (Ramos et al., 2018 apud Borges et al. 2021, pag 205). Brandão Martins (2018 apud Borges et al. 2021, pag 206) opina que “o objetivo do NDB é complementar ao papel do Banco Mundial”; complementar, não se opor. Ainda segundo esse autor:

Diferentemente do FMI e do Banco Mundial, ambas instituições pretendem não impor condicionalidades no senso de recomendações políticas em troca de acesso ao crédito. Essa é uma importante diferença em relação às instituições tradicionais. Para países em desenvolvimento, em geral, isso representa uma melhoria e reduz consideravelmente os custos de obter crédito. Essa falta de normas para o acesso ao crédito é criticado pelos países desenvolvidos que dizem que isso pode se tornar um

¹² No original: “Both these have been conceived as additional facilities to complement the World Bank and IMF, and not to supplant them” (VISWANATHAN, 2015, p. 39 apud NICOLINI GABRIEL; CARVALHO 2015).

¹³ No original: “In political terms, the BRICS agenda is not one of confrontation, but rather of claiming ‘a place at the table’ with the Western powers, to gain a bigger voice and greater participation within existing institutions” (Ramos et al., 2018, p. 10 11).

meio para governos não democráticos terem acesso à crédito sem temer sanções¹⁴.(Martins, 2018, p. 45-47 *apud* Borges et al. 2021, tradução nossa).

Borges et al. (2021, pag 208), ainda no tópico das inovações que o NBD trouxe, principalmente quanto à falta de condicionalidades para os empréstimos, consideram que: “Se o NBD mantiver essa filosofia, as possibilidades estratégicas de inserção dos países do Sul serão substancialmente transformadas”. Os autores também acreditam que o NBD parece seguir a lógica dos BRICS de defender reformas no sistema internacional, mas que não representam de fato “uma proposta antissistêmica ao capitalismo ou até mesmo uma contraposição às organizações internacionais já existentes, como Banco Mundial e FMI” (Borges et al, 2021, pag 212).

Em 2020 o Brasil indicou Marcos Troyjo para a presidência do NBD. Economista ligado à doutrina neoliberal, Troyjo defende o NBD mais como um banco de desenvolvimento do que um órgão dos BRICS. No evento “O NDB e o Brasil: Parceria Estratégica para o Desenvolvimento Sustentável” (2019) se expressou da seguinte forma:

O Novo Banco de Desenvolvimento tem evitado uma série de armadilhas, uma dessas armadilhas era representada pelo Banco tentar fazer uma espécie de foco de oposição a algumas das instituições criadas a partir dos anos 40 a partir da experiência de Bretton Woods. Quem gosta de ver o mundo com confrontacionista pensou a emergência do Banco como algo que se adequaria aquela antiga visão do mundo dividido entre Norte e Sul” (Troyjo, 2019).

E conclui:

Então o NDB tem um papel de ponta de lança nesse mundo, ele é muito mais útil aqui se ele ficar mais perto dessas três palavras Novo Banco de Desenvolvimento, do que apenas banco dos BRICS, ou seja, eu acho que a instituição foi criada também para agregar novos sócios, essa é uma posição brasileira, nós queremos que novos sócios venham se agregar não apenas para ampliar o escopo geográfico, mas também para aumentar as fontes de capitalização (Troyjo, 2019).

Carvalho (2018), analisa o que seria ‘novo’ com o NBD, que o diferencia do Banco Mundial e do FMI; o autor sublinha a questão da falta de condicionalidades que o banco tem, sendo esse um tópico de respeito à soberania nacional de cada país. Outro ponto de diferenciação, ainda de acordo com Carvalho (2018), é o fato de que o propósito do Banco é

¹⁴ No original: “Unlike the IMF and the World Bank, both institutions claim to impose no conditionalities in the sense of policy recommendations in exchange for credit access. This is an important difference in relation to the traditional institutions. For developing countries, in general, this represents an improvement and considerably reduces the costs of obtaining credit. This lack of standards for credit access is criticized by the developed countries that claim that it could become a means for non-democratic governments to obtain credit without fearing sanctions” (Martins, 2018, p. 45 47).

mobilizar recursos para projetos nos BRICS e outras economias de mercado emergentes e países em desenvolvimento. Exclui-se, portanto, o financiamento de projetos de infraestrutura em países desenvolvidos. Porém, o NDB permite a admissão de novos sócios, sejam eles países desenvolvidos ou em desenvolvimento. De acordo com Carvalho, 2018:

O Acordo (formador do Banco) estabelece algumas limitações para membros não-fundadores e países não-tomadores de empréstimos no que diz respeito ao poder de voto. Em relação a estes últimos, ou seja, aos países desenvolvidos, o poder de voto não pode ultrapassar os 20%. Além disso, os países BRICS, fundadores do NDB, mantêm a prerrogativa de serem, conjuntamente, os maiores acionistas do Banco. Assim, “nenhum aumento na subscrição de qualquer membro no capital social tornar-se-á efetivo, e nem qualquer direito de subscrição será dispensado, caso tenha o efeito de: (i) Redução do poder de voto dos membros fundadores abaixo de 55 (cinquenta e cinco) por cento do poder de voto total”. Estas restrições aos países desenvolvidos podem ser vistas como uma garantia de que o NDB não se desviará das diretrizes que norteiam a ação política do BRICS em prol dos mercados emergentes e dos países em desenvolvimento. (Carvalho, 2018, PAG 274).

Mas, a despeito do Acordo do NDB reservar aos países BRICS o controle acionário do Banco e estabelecer limites à participação dos países desenvolvidos, há que se questionar se a admissão de novos países membros no NDB converge com os objetivos do próprio BRICS de ampliação do diálogo e da participação dos mercados emergentes e países em desenvolvimento em torno de sua agenda reformista (Carvalho, 2018).

Em 2016, numa entrevista disponível no site oficial do NBD, Kundapur Vaman Kamat, então presidente, comentou sobre o NBD e o Banco Mundial. Quando explicando o propósito do NBD, Kamat explicou o que quer dizer sobre as melhores práticas que o banco quer explorar.

Nos últimos 70 anos, os bancos multilaterais estabeleceram padrões. Mas os tempos mudaram. O tamanho dos desafios aumentou drasticamente. Um número frequentemente mencionado é uma lacuna de um trilhão de dólares em investimentos em infraestrutura por ano. Todos os bancos multilaterais de desenvolvimento combinados podem fornecer apenas um décimo disso. Nosso papel tem que mudar. Não podemos ser a principal fonte para resolver os problemas. Eu chamo esse momento de um momento de impaciência. Países e pessoas não querem esperar anos por desenvolvimento. Eles querem mais rápido. Sem comprometer a qualidade, tentamos atender às necessidades em menos tempo.¹⁵ (NBD, 2016, tradução nossa).

Quando perguntado se ele considerava que o FMI e o Banco Mundial teriam uma abordagem muito lenta, ele declarou que “Não sou a pessoa certa para comentar sobre isso. A

¹⁵ No original: “In the past 70 years multilateral banks have established patterns. But things have changed. The size of challenges has increased dramatically. A number frequently mentioned is a gap of a trillion-dollar investment in infrastructure every year. All multilateral development banks combined can only provide on tenth of that. Our role has to change. We cannot be the prime source to solve the problems. I call this time a time of impatience. Countries and people do not want to wait years for development. They want it faster. Without compromising quality, we try to meet the needs in less time.” (NBD, 2016).

abordagem deles é levar mais tempo para analisar as propostas. Nossa abordagem é diferente. Acho que somos capazes de tomar decisões em um prazo muito mais rápido” (NDB, 2016c).

Essas colocações do primeiro presidente do NBD, no ano de 2016 - o primeiro ano em que projetos e empréstimos foram aprovados, um período então intenso de estruturação do banco, mostram a colocação do NBD como diferente de seus pares ocidentais, numa abordagem mais rápida e acelerada, porém, em nenhum momento o NBD, ou seus stakeholders, o coloca como opositor ou adversário dos mesmos (NDB, 2016c).

A mesma colocação é verdadeira para os autores mencionados neste capítulo. Infelizmente não há assim tantos trabalhos publicados sobre o NBD em si - ao contrário do grupo BRICS, tema de ampla pesquisa. Além disso, também fica claro durante o desenvolver da pesquisa que a grande maioria dos trabalhos da academia sobre o NBD foi realizada entre os anos 2014-2018, anos de criação e estabelecimento da instituição, em que se encontrava também mais discussões inclusive na mídia sobre o assunto. Depois de seu estabelecimento não foram realizadas mais tantas pesquisas a respeito. Isso também pode ter se dado pelo fato de, de uma forma prática, o NBD não ter um orçamento significativo para realmente fazer alguma mudança no sistema internacional, ou ter alguma relevância mais significativa. De qualquer forma, fica claro, a partir do exposto nesse capítulo, que a criação e estabelecimento do NBD não foi uma mudança do sistema atual, tampouco sendo essa a sua proposta. Mesmo assim, a criação dessa instituição financeira e gerenciamento da mesma por cinco países em desenvolvimento é um fato importante para as análises das relações políticas e econômicas do início do século XXI (NDB, 2016c).

4.3 BANCO MUNDIAL, FMI E SUAS POSSÍVEIS REFORMAS

Nos anos 2000, a reforma do FMI tornou-se um tema amplamente debatido, com acadêmicos especializados na organização e na política internacional, além de membros do próprio corpo técnico do Fundo, destacando pontos que precisavam de mudanças para preservar sua legitimidade e assegurar a eficácia de suas ações. Embora houvesse um consenso sobre a importância de reformá-lo, surgiram divergências quanto aos aspectos prioritários a serem alterados (Pires 2017).

A necessidade de reformar o FMI tornou-se mais explícita após a crise de 2008, quando a instituição passou a enfrentar desafios financeiros além de sua função original, que se concentrava em déficits no balanço de pagamentos causados por movimentações na conta de transações correntes. A dificuldade do Fundo em lidar adequadamente com as consequências

da crise reforçou a urgência de uma reforma que lhe conferisse ferramentas mais eficazes para atender às demandas dos países. Paralelamente, o crescimento econômico das nações em desenvolvimento elevou sua importância no cenário global, fortalecendo suas ações conjuntas, e, permitindo que reivindicassem maior representatividade no FMI por meio de uma redistribuição de cotas. Isso não apenas melhoraria a representação desses países, mas também aumentaria a legitimidade da instituição. Além disso, a reforma foi vista como uma estratégia para impedir que novas organizações ganhassem relevância internacional, enfraquecendo o papel do Fundo na definição da ordem econômica global. (Pires 2017)

A discussão sobre o que deveria ser reformado é imensa, com diferentes autores e instituições tendo opiniões diversas. Destaca-se aqui o relatório de 2009 elaborado pelo Committee on IMF Governance Reform, feito pelo próprio Fundo. Essa relatório apontou a necessidade do FMI de atuar “monitorando riscos, coordenando as respostas políticas, e acordando normas e padrões aos quais todos os países se submetessem”¹⁶ (International Monetary Fund, 2009, pag 3, tradução nossa), com o objetivo então de garantir a estabilidade financeira no cenário internacional. Para tanto, o Committee relatou que alterações em relação à governança fossem feitas, assim o FMI “precisa de um mandato multilateral reenergizado que reflita a evolução da economia mundial e aumente a legitimidade e efetividade aos desafios globais atuais”¹⁷ (International Monetary Fund, 2009, pag 3, tradução nossa). Essa declaração do próprio Fundo demonstra a aceitação da necessidade de uma reforma, e, ademais, uma possível falta de legitimidade atualmente.

Como recomendações de reformas na governança, o relatório descrevia um pacote de medidas, o qual sugeria a aceleração no processo de revisão das cotas, juntamente com emendas nos artigos do acordo fundador do Fundo, para que fosse colocado fim à indicação dos membros do conselho executivo do mesmo, reconfigurando sua composição de modo a refletir a nova realidade global; a ativação de um conselho de ministros e governadores como fórum para coordenar e decidir sobre estratégias essenciais para a estabilidade global; a criação de um modelo de liderança para o conselho que englobasse rotatividade regular e permitisse a definição de agendas; maior fiscalização sobre as taxas de câmbio; maior capacidade de fiscalização e supervisão para o Conselho Executivo; a diminuição de 85% para 75% na porcentagem de votos necessários para tomada de decisões – decisão essa que impacta

¹⁶ No original: “(...) monitoring of risks, coordinated policy responses, and agreed norms and standards to which all countries subscribe” (INTERNATIONAL MONETARY FUND, 2009, pag 3).

¹⁷ No original: “(...) it (IMF) needs a reenergized multilateral mandate to reflect the evolution of the world economy and to increase its legitimacy and effectiveness in addressing today’s global challenges” (INTERNATIONAL MONETARY FUND, 2009, pag 3).

diretamente a influência dos Estados Unidos dentro da instituição, dado que o país detem 16,5% dos votos, e algumas decisões importantes no Fundo exigem uma maioria qualificada de 85%, dando efetivamente ao país o poder de veto; e um sistema transparente e baseado na meritocracia para apontar Diretor Administrativo e Diretores Adjuntos (International Monetary Fund, 2009).

Em 2010, o Stiglitz Report: Reforming the International Monetary and Financial Systems in the Wake of the Global Crisis, elaborado por uma comissão de especialistas da ONU, destacou a importância de, além de reformar a governança do FMI, aumentar os recursos disponíveis para empréstimos. Essa medida seria essencial para que o FMI conseguisse lidar com a instabilidade da economia global, atender às demandas de recursos de seus membros e, ao mesmo tempo, fortalecer sua legitimidade diante dos Estados (Stiglitz, 2010 *apud* Pires 2017).

Ainda no tópico da necessidade de reforma do FMI, o autor Peter Kenen expõe a necessidade de reforma da instituição inclusive para manter a posição dos Estados Unidos. O autor declara que a iniciativa de reforma deveria receber o apoio do país. O autor complementa que “um papel maior para os países em desenvolvimento – um objetivo chave do plano de reforma do Fundo – não prejudicaria a influência dos Estados Unidos. Ao invés disso, isso aumentaria a influência à medida que aumenta a eficácia do FMI e melhor o papel do Fundo na estabilização mundial e na resolução de disputas como aquelas que surgiram dos desequilíbrios globais”¹⁸ (Kenen, 2007, pag 30, tradução nossa). Além disso, o autor declara essencial o fato de que o objetivo do Fundo se alterou desde quando sua criação, sendo seu principal objetivo atualmente a gestão de crise do mercado econômico internacional. Para alcançá-lo plenamente, e aumentar a legitimidade, faz-se necessário uma reforma que abranja melhor a atual ordem econômica.

¹⁸ No original: “A larger role for the developing countries—a key objective of the plan to overhaul the Fund—will not impair the influence of the United States. Rather, it will enhance that influence insofar as it increases the effectiveness of the IMF and enhances the Fund’s role in the stabilization of the world economy and the resolution of disputes like those that have arisen from global imbalances.” (KENEN, .2007, pag 30)

CONCLUSÃO

O trabalho apresentado pretendeu expor a criação do Novo Banco de Desenvolvimento, formado pelo grupo BRICS em 2014, apresentando o seu contexto de criação pelos países fundadores e momento econômico de criação do mesmo. O Novo Banco de Desenvolvimento é uma instituição que realizou muito em apenas dez anos de existência, porém, não obteve tanto espaço de discussão no cenário internacional, tampouco em pesquisas acadêmicas. Como exposto aqui, o material escrito sobre o grupo BRICS é abundante, mas o mesmo não pode ser dito para o Banco. Além disso, a maioria dos trabalhos sobre o Banco foram escritos entre 2014 e 2018, o que demonstra uma provável perda de importância do mesmo.

O trabalho também expôs a criação e papel atual das instituições ocidentais dominantes, nomeadamente o Fundo Monetário Internacional e o Banco Mundial, instituições essas que foram criadas dentro da Conferência de Bretton Woods, no pós Segunda Guerra Mundial, e que ainda refletem a configuração global de poder daquele momento. Essas instituições ainda majoritariamente favorecem aos países desenvolvidos, com pouco espaço para discussão e opinião dos chamados países emergentes, que têm economias cada vez mais substanciais na política econômica global. Foram expostas críticas às metodologias dessas instituições, as quais sofreram alterações desde a sua criação, porém, ainda têm visões antiquadas sobre desenvolvimento e como alcançá-lo, tendo políticas que claramente já foram muito prejudiciais à economias emergentes.

O trabalho buscou analisar as três instituições (FMI, Banco Mundial e NBD), para entender suas semelhanças e seus contrastes. Analisando a rapidez da articulação da ideia do Novo Banco de Desenvolvimento pelo grupo BRICS até sua criação de fato, além da celeridade de como o banco criou suas regras, processos e metodologias, e, além disso, como em uma década de existência mais de cem projetos já tiveram seus empréstimos aprovados. Fica clara a diferença em relação aos seus pares ocidentais, nomeadamente o FMI e o Banco Mundial, sendo essas instituições conhecidas por seus processos morosos, e com várias condicionalidades que dificultam o processo de tomada de empréstimos pelos atores – sendo esses, majoritariamente países em desenvolvimento e emergentes. Além dessa diferença, ambas essas instituições sofrem diversas críticas dos atores do cenário internacional por prover pouco espaço aos países em desenvolvimento; historicamente, os presidentes do Banco Mundial são estadunidenses e os presidentes do FMI são europeus. Essa escolha demonstra o predomínio das potências ocidentais na época da criação destas instituições, e relutância dessas mesmas potências em alterar essa distribuição de poder.

O trabalho também traz a conceituação de regimes financeiros e monetários, de acordo com as principais escolas nos estudos das relações internacionais, as chamadas escolas americana e britânica; expondo o papel das instituições dentro desses regimes.

Para encerrar, o trabalho traz a opinião de alguns autores para a esperada reforma dessas instituições ocidentais, para que possam refletir melhor a ordem econômica e política atual, e dar mais espaço aos países em desenvolvimento.

REFERÊNCIAS

AMORIM, C. **Os Brics e a reorganização do mundo**. Folha de S. Paulo. 2008. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniaofz0806200807.htm>. Acesso em: 15 nov. 2024.

ASUELIME, R. A. From Delhi, Durban to Fortaleza: the birth of New Development Bank and the Contingent Reserve Agreement. **Journal of African Union Studies**. Vol. 7, No. 1 (April 2018), pp. 189-209 (21 pages). Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/26889981>. Acesso em: 15 nov. 2024.

BORGES, F.; NAGUAL, F.; MARTINS, L. M. O protagonismo da china no novo banco de desenvolvimento (NBD) dos Brics e possíveis contradições sob a presidência brasileira. **REALIS: Revista de Estudos AntiUtilitaristas e Pos-Coloniais**, v. 11, n. 2, p. 201–222, 2021. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=9672137>. Acesso em: 15 nov. 2024.

BRICS. **1st BRIC Summit Joint Statement (2009)**. Russia. 2009. Disponível em: <https://bricsthinktankscouncil.org/knowledge-base/joint-statement/>. Acesso em: 15 nov. 2024.

BRICS. **2nd BRIC Summit Joint Statement (2010)**. Brasília. 2010. Disponível em: https://bricsthinktankscouncil.org/knowledge-base/2nd-brics-summit_joint-statement-2010-2/. Acesso em: 15 nov. 2024.

BRICS. **2012 BTTC Recommendations**. New Delhi. 2012. Disponível em: <https://bricsthinktankscouncil.org/knowledge-base/2012-bttc-recommendations/>. Acesso em: 15 nov. 2024.

BRICS. **5th BRICS Summit Durban (2013)**. Durban. 2013. Disponível em: <https://bricsthinktankscouncil.org/knowledge-base/2012-bttc-recommendations/>. Acesso em: 15 nov. 2024.

BRICS. **6th BRICS Declaration Fortaleza (2014)**. Fortaleza. 2014. Disponível em: https://bricsthinktankscouncil.org/knowledge-base/6th-brics-declaration_fortaleza-2014/. Acesso em: 15 nov. 2024.

CARDIM DE CARVALHO, F. **A Influência do FMI na Escolha de Políticas Macroeconômicas em uma Economia Emergente: o Caso do Brasil**, in: J. Sicsú, J. L. Oreiro e L. F. de Paula (orgs.) *Agenda Brasil: Políticas Econômicas para o Crescimento e Estabilidade de Preços*. Barueri-SP: Manole e Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer. 2003.

CARVALHO, E. M. DE. A Segunda Década do BRICS: entre a Expansão e a Retração da Agenda Reformista. **Idéias**, v. 9, n. 2, p. 265–292, 14 dez. 2018.

CHINA DAILY. **Zuma praises China's Africa role**. Asia-Pacific. 2010. Disponível em: https://www.chinadaily.com.cn/world/2010-08/26/content_11203802.htm. Acesso em: 15 nov. 2024.

COHEN, B. J. Enlargement and the international role of the euro1. **Review of International Political Economy**, v. 14, n. 5, p. 746–773. 2007.

DRISCOLL, D. D. **¿Qué es el Fondo Monetario Internacional?** Washington: Fondo monetario Internacional. 1995.

FINANCIAL TIMES. **New Brics bank in Shanghai to challenge major institutions.** Asia-Pacific. 2015. Disponível em: <https://www.ft.com/content/d8e26216-2f8d-11e5-8873-775ba7c2ea3d>. Acesso em: 15 nov. 2024.

FMI. **WHAT IS THE IMF?** [Washington]. [2024]. Disponível em: <https://www.imf.org/en/About/Factsheets/IMF-at-a-Glance>. Acesso em: 15 nov. 2024.

HAGGARD, S.; SIMMONS, B. A. Theories of international regimes. **International Organization**, v. 41, n. 3, p. 491–517, 1987. Disponível em: <http://nrs.harvard.edu/urn:3:HUL.InstRepos:3117934>. Acesso em: 15 nov. 2024.

ICSID. **About ICSID.** 2024. [Washington]. [2024]. Disponível em: <https://icsid.worldbank.org/about>. Acesso em: 15 nov. 2024.

INTERNATIONAL MONETARY FUND. **Committee on IMF Governance Reform: Final Report.** March, 2009. Disponível em: <https://www.imf.org/external/np/omd/2009/govref/032409.pdf>. Acesso em: 15 nov. 2024.

KENEN, Peter B. **Reform of the International Monetary Fund.** Council Special Report from Greenberg Center for Geoeconomic Studies. Maio, 2007. Disponível em: <https://www.cfr.org/report/reform-international-monetary-fund>. Acesso em 15 nov. 2024.

KEYNES, J. M; ROBINSON, A. **The collected writings of John Maynard Keynes.** Ed. Cambridge University Press. 1989.

KRASNER, S. D. Regimes and the Limits of Realism: Regimes as Autonomous Variables. **International Organization**, vol. 36, n. 2, p. 497-510. 1982. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/2706531>. Acesso em: 15 nov. 2024.

MIGA. World Bank Group – Guarantees. **Who We Are.** [Washington]. [2024]. Disponível em: <https://www.miga.org/what-we-do>. Acesso em: 15 nov. 2024.

NDB. **Opening Ceremony of New Development Bank First Annual Meeting.** Shanghai. 2016a. Disponível em: <https://www.ndb.int/news/opening-ceremony-new-development-bank-first-annual-meeting/>. Acesso em: 15 nov. 2024.

NDB. **Madhya Pradesh Major District Roads Project.** India. 2016b. Disponível em: <https://www.ndb.int/project/madhya-pradeshindia/>. Acesso em: 15 nov. 2024.

NDB. **HANDELSBLATT INTERVIEW – Banking on Speed.** 2016c. Disponível em: <https://www.ndb.int/insights/handelsblatt-interview-banking-speed/>. Acesso em: 15 nov. 2024.

NDB. **Opening Remarks by President K. V. Kamath at the Second Annual Meeting of the New Development Bank, New Delhi, India.** New Delhi. 2017a. Disponível em: <https://www.ndb.int/insights/opening-remarks-president-k-v-kamath-second-annual-meeting-new-development-bank-new-delhi-india/>. Acesso em: 15 nov. 2024.

NDB. **Judicial System Support Project.** Russia. 2017b. Disponível em: <https://www.ndb.int/project/judicial-support-russia/>. Acesso em: 15 nov. 2024.

NDB. **NDB Third Annual Meeting unveils key updates on technology-backed development.** Xangai. 2018a. Disponível em: <https://www.ndb.int/news/ndb-third-annual-meeting-unveils-key-updates-technology-backed-development/>. Acesso em: 15 nov. 2024.

NDB. **NDB Board of Directors held its 34th Meeting, approved 2 projects.** Xangai. 2022. Disponível em: <https://www.ndb.int/news/ndb-board-of-directors-held-its-34th-meeting-approved-two-projects/>. Acesso em: 15 nov. 2024.

NDB. **NDB New Development Bank Eighth Annual Meeting.** Xangai. 2023. Disponível em: <https://www.ndb.int/event/2023-annual-meeting/>. Acesso em: 15 nov. 2024.

NDB. **NDB Statements by Board of Governors in NDB 2024 Annual Meeting.** Xangai. 2024. Disponível em: <https://www.ndb.int/news/watch-statements-by-board-of-governors-in-ndb-2024-annual-meeting/>. Acesso em: 15 nov. 2024.

NDB. **NDB Who we are.** Xangai. 2024a. Disponível em: <https://www.ndb.int/about-ndb/>. Acesso em: 15 nov. 2024.

NDB. **Hohhot New Airport Project.** China. 2018b. Disponível em: <https://www.ndb.int/project/judicial-support-russia/>. Acesso em: 15 nov. 2024.

NDB. **Opening address of Mr. K. V. Kamath, President, New Development Bank at the Fourth Annual Meeting on April 1, 2019.** South Africa. 2019a. Disponível em: <https://www.ndb.int/insights/opening-address-mr-k-v-kamath-president-new-development-bank-fourth-annual-meeting-april-1-2019/>. Acesso em: 15 nov. 2024.

NDB. **Andhra Pradesh Road Sector Project.** India. 2019b. Disponível em: <https://www.ndb.int/project/india-andhra-pradesh-road-sector-project/>. Acesso em: 15 nov. 2024.

NDB. **NDB Board of Governors Holds Fifth Annual Meeting in Virtual Format.** 2020. Disponível em: <https://www.ndb.int/news/ndb-board-governors-holds-fifth-annual-meeting-virtual-format/>. Acesso em: 15 nov. 2024.

NDB. **NDB Board of Governors held its 6th Annual Meeting online.** 2021. Disponível em: <https://www.ndb.int/news/ndb-board-governors-held-6th-annual-meeting-online/>. Acesso em: 15 nov. 2024.

NDB. **About NDB.** 2023a. Disponível em: <https://www.ndb.int/about-ndb/>. Acesso em: 15 nov. 2024.

NDB. **All Projects.** 2023b. Disponível em: https://www.ndb.int/projects/all-projects/?country=&key_area_focus=&project_status=&type_category=&pyearval=2021#paginated-list. Acesso em: 15 nov. 2024.

NDB. **Dhaka Waste-to-Energy Power Plant Project**. Bangladesh. 2023c. Disponível em: <https://www.ndb.int/project/dhaka-waste-to-energy-power-plant-project/>. Acesso em: 15 nov. 2024.

NDB. **Dhaka Water Supply Project**. Bangladesh. 2023d. Disponível em: <https://www.ndb.int/project/dhaka-water-supply-project/>. Acesso em: 15 nov. 2024.

NDB. **South Africa Freight Rail Sector Improvement Program**. South Africa. 2024a. Disponível em: <https://www.ndb.int/project/south-africa-freight-rail-sector-improvement-program/>. Acesso em: 15 nov. 2024.

NDB. **Infrastructure Development Financing Project**. Egypt. 2024b. Disponível em: <https://www.ndb.int/project/infrastructure-development-financing-project/#tabbed-standard>. Acesso em: 15 nov. 2024.

NDB. **Suez Wind 1.1 GW Project**. Egypt. 2024c. Disponível em: <https://www.ndb.int/project/suez-wind-1-1-gw-project/#tabbed-standard>. Acesso em: 15 nov. 2024.

PANDA, J. P. “A ‘BRICS’ Wall? The Complexity of China-India Multilateral Politics.” **Indian Foreign Affairs Journal**, vol. 7, no. 2, 2012, pp. 175–94. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/45341819>. Acesso em: 15 nov. 2024.

PIRES, D. A. **O papel do FMI na (des)ordem monetária e financeira internacional contemporânea**. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro Sócio Econômico, Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais, Florianópolis, p. 165. 2017.

NICOLINI GABRIEL, J. P.; CARVALHO, C. E. A Índia, o NBD e o ACR do BRICS: percepções e interesses. **Revista Paranaense de Desenvolvimento**, v. 36, n. 129, p. 53–69, 2015. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=5342689>. Acesso em: 15 nov. 2024.

PRADO, M. M; SALLES F. C. **The BRICS Bank’s Potential to Challenge the Field of Development Cooperation**. *Verfassung Und Recht in Übersee / Law and Politics in Africa, Asia and Latin America*, vol. 47, no. 2, 2014, pp. 147–97. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/43239731>. Acesso em: 15 nov. 2024.

PRATES, D. M. As Assimetrias do sistema monetário e financeiro internacional. **In: Revista de Economia Contemporânea**. Rio de Janeiro, v. 9, n. 2.2005. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rec/a/bBkJWVDptRB9wDMsdBw53Hn/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 15 nov. 2024.

ROCHON, L. P. **Finance, growth and inequality: post-keynesian perspectives**. Ed. Edward Elgar Pub. 2019

SANTANA, E. V. DA S.; CARVALHO, P. N. DE. A Ascensão dos Brics como Polo de Poder Mundial na Arquitetura do Sistema Financeiro Internacional Pós-Crise do Subprime. **Revista Aurora**, v. 10, n. 2, 1 mar. 2018.

SATO, E. O conceito de ordem econômica internacional: regimes e seus fundamentos. **In: Economia e política das relações internacionais.** Belo Horizonte: Editora Fino Traço. 2012.
HASENCLEVER, A.; MAYER, P.; RITBERGER, V. **Theories of International Regimes.** Ed. Cambridge University Press. 1997.

SELA - Sistema Económico Latinoamericano. **El FMI, el Banco Mundial y la crisis latinoamericana.** México, D.F. Ed. Siglo XXI. 1986.

STUENKEL, O. **Brics E O Futuro Da Ordem Global.** Ed. Paz e Terra. 2017.

THE ECONOMIST. **Not just straw men: The biggest emerging economies are rebounding, even without recovery in the west.** The Economist, 2009. Disponível em: <https://www.economist.com/international/2009/06/18/not-just-straw-men>. Acesso em: 15 nov. 2024.

THE WORLD BANK. (livro) **World Bank.** 1981. Disponível em Biblioteca Luis Ángel Arango Depósito A2 (332.1532 B15w11)/Colombia.

TROYJO, M. P. (2019). Seminário: **O NDB e o Brasil: Parceria Estratégica para o Desenvolvimento Sustentável.** Disponível em: <https://anchor.fm/funagbrasil/episodes/O-NDB-e-oBrasil--Marcos-Troyjo-e-Andr-Odenbreit-Carvalho-eeo2mr>. Acesso em: 15 nov. 2024.

UNIVERSITY OF TORONTO. **Treaty for the Establishment of a BRICS Contingent Reserve Arrangement.** Fortaleza. 2014. Disponível em: <http://www.brics.utoronto.ca/docs/140715-treaty.html>. Acesso em: 15 nov. 2024.

WOODS, N. **WHOSE INSTITUTIONS?** In *The Globalizers: The IMF, the World Bank, and Their Borrowers*, 1st ed., p. 15–38,. Cornell University Press. 2006. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/10.7591/j.ctt1ffjpn.5>. Acesso em: 15 nov. 2024.

WORLD BANK GROUP. **Who We Are.** [Washington]. [2024]. Disponível em: <https://www.worldbank.org/ext/en/who-we-are>. Acesso em: 15 nov. 2024.